



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GEOGRAFIA

HEMILY RODRIGUES VALE

**PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO
DE SÃO LUÍS – MA**

SÃO LUÍS – MA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

HEMILY RODRIGUES VALE

**PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO
DE SÃO LUÍS – MA**

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo

SÃO LUÍS – MA

2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

RODRIGUES VALE, HEMILY.

PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO
DE SÃO LUÍS - MA / HEMILY RODRIGUES VALE. - 2020.

78 f.

Orientador (a): JOSOALDO LIMA RÊGO.

Monografia (Graduação) - Curso de Geografia,
Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS - MARANHÃO,
2020.

1. CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS. 2. GENTRIFICAÇÃO. 3.
PATRIMÔNIO. 4. REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO. I. LIMA
RÊGO, JOSOALDO. II. Título.

HEMILY RODRIGUES VALE

**PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO URBANA NO CENTRO HISTÓRICO
DE SÃO LUÍS – MA**

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão como um dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josoaldo Lima Rêgo (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dr^a Roberta Maria Batista de Figueiredo
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Sobre esse tempo e todo esse processo de graduação eu gostaria de agradecer aos que permaneceram comigo.

Aos que ficaram nos momentos felizes, mas também nos difíceis.

Aos que estiveram comigo no início, mas também aos que estiveram no fim, aos que em momentos difíceis não me deixaram desistir, aos que de algum modo me deram forças...

Aos meus pais, Lurdilene e Cláudio, por terem me dado apoio durante essa jornada não me deixando faltar nada, sempre serei grata por seus esforços.

Especialmente, gostaria de agradecer a minha irmã Jéssica, a minha avó Irene, ao meu cunhado Ericson e ao meu irmão Ricardo por terem vibrado em todas as minhas conquistas e por terem sido e continuarem sendo meus maiores torcedores, eu os amo tanto!

Obrigada a minha amiga Darice por ter sido a pessoa que esteve do meu lado até mesmo antes de todo esse percurso e por me motivar e me dar forças, mesmo quando estamos distantes.

Durante meu tempo na academia participei de dois núcleos de pesquisa que foram primordiais para meu crescimento, como acadêmica, como pessoa, pelas oportunidades que neles tive de participar dos projetos de pesquisa e extensão através dos quais tive a oportunidade de conhecer novas realidades, novas vivências, de conhecer a luta dos povos e de poder lutar de algum modo por eles. Obrigada professora Roberta Figueiredo e meu orientador Josoaldo Lima por terem sido essenciais no desenvolvimento do meu amor pela Geografia.

Em especial, agradeço imensamente ao meu orientador, Josoaldo Lima, pela paciência, pelo auxílio, pela motivação, por ter acreditado em mim.

Agradeço também a PROAES, através da qual pude ser selecionada para projetos nos quais recebi bolsa sendo um incentivo a mais para minhas pesquisas

Obrigada NERA e NEGO por me proporcionarem todo esse crescimento e principalmente por terem me apresentado pessoas maravilhosas que espero que permaneçam por toda vida.

A todos os “Geoamigos”, do NEGO, da Keila, dos Campings, do Réveillon, dos dias de praia, das noites deitados, dos choros, dos surtos e dos risos.

Principalmente a vocês: Isilainy, Laiz, Daniela, Marcelo, Victor, Matheus, Valdemir, Helton, Dirley, Fabrício, Jefferson, Lucas, Luís Fernando, Mikael e Thiago. Obrigada por terem aturado meus surtos, por terem me feito sorrir nesses últimos dias tão difíceis, por terem acreditado em mim, por se disporem a me ajudar no que fosse, por torcerem freneticamente pelas minhas conquistas e principalmente por terem ficado, por não terem desistido e então, por terem se tornado minha família, vocês tem todo o meu coração.

E por último, mas não menos importante, agradecer A Deus, por todas as minhas bênçãos e conquistas até aqui e por sua presença sempre ao meu lado.

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender os processos socioespaciais que se materializam no Centro Histórico de São Luís - MA sob a perspectiva da reestruturação do espaço urbano produzidos a partir dos programas de planejamento governamental, datados desde o ano de 1995 a 2019, realizados com o intuito de reestruturação desse espaço, seja para a manutenção do acervo arquitetônico histórico, artístico e cultural, seja para a inserção econômica de capital privado em um processo de gentrificação. A produção deste trabalho foi feita através de pesquisas bibliográfica, entrevistas com moradores, usuários e comerciantes do território e análise dos dados. Ao notar que ao longo dos anos a inserção de novos empreendimentos através do aumento da atividade comercial e programas de “refuncionalização” por parte de políticas governamentais no território, foi observado como estes podem atuar como elemento motor de um processo de gentrificação, o que nos trouxe questionamentos como: Como se dá a gentrificação decorrente de dinâmicas de comércio e habitação? Qual seu impacto sobre as estruturas socioeconômicas, sobre a organização identitária local e sobre os habitantes desse território? Quais as lógicas intrínsecas às novas formas de gentrificação que ultrapassam a esfera residencial? Partindo dessas questões, este trabalho foi produzido com o intuito de tecer respostas a esses questionamentos buscando entender as dinâmicas desse processo e como eles se configuram na produção e uso do território pelos agentes sociais.

Palavras-chaves: Reestruturação do Espaço Urbano, Patrimônio, Centro Histórico de São Luís, Gentrificação.

ABSTRACT:

The present work aimed to understand the socio-spatial processes that materialize in the Historic Center of São Luís - MA from the perspective of the restructuring of the urban space produced from the government planning programs, dated from 1995 to 2019, carried out with the purpose of restructuring of this space, either for the maintenance of the historical, artistic and cultural architectural collection, or for the economic insertion of private capital in a gentrification process. The production of this work was made through bibliographical research, interviews with residents, users and traders of the territory and data analysis. Noting that over the years the insertion of new ventures through increased commercial activity and “refunctionalization” programs by governmental policies in the territory, it was observed how they can act as a driving element of a gentrification process, which in brought questions such as: How does gentrification result from dynamics of trade and housing? What is its impact on socioeconomic structures, local identity organization and the inhabitants of this territory? What are the intrinsic logics of the new forms of gentrification that go beyond the residential sphere? Based on these questions, this work was produced in order to provide answers to these questions seeking to understand the dynamics of this process and how they are configured in the production and use of territory by social agents.

Keywords: Restructuring of Urban Space, Heritage, Historical Center.

LISTA DE SIGLAS

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

CH – Centro Histórico.

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

PRB – Partido Republicano Brasileiro.

SECID – Secretaria da Cidade.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

LISTA DE MAPAS

Mapa I – Centro Histórico de São Luís – MA: Delimitação dos Bairros da Praia Grande e Desterro.

Mapa II – Localização do Município de São Luís – Ilha do Maranhão – Maranhão 2019.

Mapa III – Área de Intervenção do Programa Nosso Centro.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Imóveis contemplados no Projeto Adote Um Casarão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. RESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	14
1.1. Reestruturação do Espaço Urbano e Gentrificação – Entendendo o processo	14
2. CRIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	17
2.1. Criação e estruturação do Centro Histórico de São Luís – MA: Processo de Urbanização e Habitação	17
2.2. Processo de Patrimonialização do Centro Histórico de São Luís	24
3. Reestruturação do Espaço Urbano e o Cenário Atual na Estruturação do Centro Histórico	29
3.1. Processos de Gentrificação na reorganização do espaço No centro Histórico de São Luís	29
3.1.1. Projeto Reviver	31
3.1.2. Projeto Nosso Centro	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
5. REFERÊNCIAS	52
6. APÊNDICES	56
7. ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

A cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes.

Todo lugar é produto social e, portanto, espacialidade, apropriados pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação.

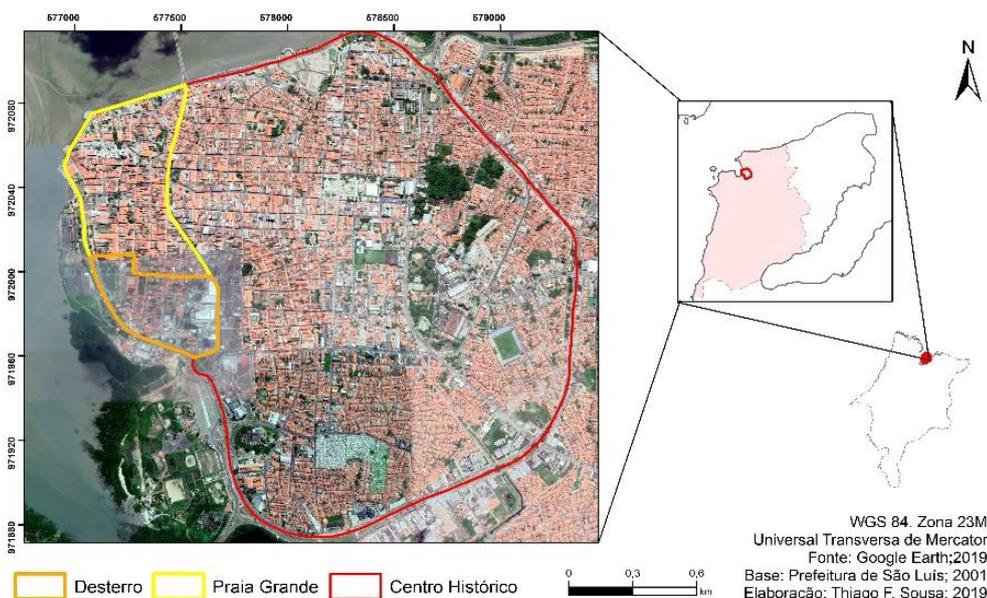
(SALGUEIRO, T. 2005, p.99).

Toda cidade desde sua origem possui um “centro”, que não necessariamente corresponde ao centro geométrico, mas que funcionalmente é diferenciado das demais áreas da cidade, sobretudo como espaço público. Entre suas diversas características o centro se destaca como o lugar de melhor acessibilidade em relação à cidade, como local mais protegido do ponto de vista estratégico, um local de mercado ou ainda como local de concentração de poder refletindo, nesse sentido, um simbolismo através das características construtivas dos seus prédios principais (VASCONCELOS, 2005).

É dentro dessa visão de “centro” que o contexto sócio-espacial escolhido para o desenvolvimento dessa pesquisa foi o Centro Histórico de São Luís – MA (Mapa I), localizado na região central da zona urbana da cidade, que contempla os Bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho.

Mapa I – Centro Histórico de São Luís - MA

DELIMITAÇÃO DOS BAIRROS DA PRAIA GRANDE E DESTERRO CENTRO HISTÓRICO; SÃO LUÍS - MA. 2019



Durante a produção deste trabalho, em nossas investigações não foram encontrados documentos que oficialmente delimitam as fronteiras de cada bairro, sendo estas definidas pelos moradores que ali habitam. Oficialmente, nos Registros do Estado, todo o território é caracterizado como “Centro”.

O território do CH tem seu conjunto arquitetônico, paisagístico e cultural tombados nas esferas municipal, estadual e Federal, sendo hoje reconhecido internacionalmente como Patrimônio Cultural da Humanidade através da União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO por possuir imóveis coloniais, os mais antigos, datados do séc. XVII.

O Centro Histórico palco das centralidades das festas e manifestações culturais na cidade é um dos principais pontos turísticos. Ocupado por visitantes para o turismo durante todo o dia e durante a noite pela população local, assumindo assim diferentes usos, despertou as inquietações e questionamentos acerca das dinâmicas sócio-espaciais que serão tratadas neste trabalho.

Entendendo a cidade como produto social, este trabalho pretende tratar da cidade em seu contexto de espaço urbano entendendo que este concebido como lugar das relações sociais de produção é contraditório e está a serviço da lógica de reprodução do capital (LEFEBVRE, 1991).

Ao notar que ao longo dos anos a inserção de novos empreendimentos através do aumento da atividade comercial e programas de “refuncionalização”¹ por parte de políticas governamentais² no território³, foi observado como estes podem atuar como

¹ Neste texto o termo refuncionalização será utilizado para indicar inúmeros projetos de renovação urbana denominados por “revitalização”, requalificação, enobrecimento, entre outros. Tais termos têm se apresentado como transitórios em seu uso, contraditórios em sua concepção, ou já foram devidamente criticados por inúmeros autores pelo seu uso incorreto, ao passo que o processo de refuncionalização das formas urbanas se estende a todos eles (PAES, 2006).

² As intervenções, públicas e privadas, aparecem na forma de ações nas áreas centrais da cidade, de forma a mudar sua configuração espacial e melhorar a qualidade dos prédios e serviços públicos e privados, para atender as demandas de uma nova e mais rica população. No entanto, essa transformação não surge sem trauma social (FURTADO, 2014.)

³ Este texto buscará conceber o centro histórico de São Luís como território usado, sendo uma construção das relações do cotidiano produzidas a partir das diversas territorialidades estabelecidas pelos moradores, pelo capital e pelo Estado, pois O território-forma é o espaço material e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas (QUEIROZ, 2014, p. 157).

elemento motor de um processo de gentrificação, o que nos trouxe questionamentos como: Como se dá a gentrificação decorrente de dinâmicas de comércio e habitação? Qual seu impacto sobre as estruturas socioeconômicas, sobre a organização identitária local e sobre os habitantes desse território? Quais as lógicas intrínsecas às novas formas de gentrificação que ultrapassam a esfera residencial?

Partindo dessas questões, este trabalho foi produzido com o intuito de tecer respostas a esses questionamentos buscando entender as dinâmicas desse processo e como eles se configuram na produção e uso do território pelos agentes sociais.

Diante disso, para entender a problemática, buscamos apreender conhecimento sobre os conceitos a serem discutidos, todo o processo de construção territorial, urbanização e habitação e os programas Governamentais que foram inseridos no território nas últimas décadas.

A pesquisa se desenvolveu a partir de etapas metodológicas estabelecidas previamente.

A primeira etapa se caracteriza com a escolha do objeto de estudo e a delimitação da problemática a ser abordada. Para tanto houve um levantamento preliminar de dados bibliográficos obtidos em livros, artigos, periódicos, e postais oficiais de órgãos do Governo Estadual e Municipal.

A segunda etapa foi constituída de reuniões para discussões teóricas com o orientador Prfº Drº Josoaldo Lima Rêgo e discussões em reuniões no Núcleo de Estudos Geográficos – NEGO, com professores e graduandos que desenvolvem pesquisas ou atuam nas áreas que dialogam com os temas centrais aqui propostos.

A terceira etapa se constituiu nas visitas e entrevistas a campo. A primeira delas, foi a participação em uma reunião de moradores que reivindicavam moradia digna no centro com representantes da SECID, que aconteceria em um dos casarões ocupados pela população de baixa renda. Nesse atuando apenas como observadores este foi o primeiro contato direto com as discussões e lutas dos habitantes organizados politicamente para expressar suas demandas frente as políticas do Estado que não os contemplavam. Tendo como base esse primeiro campo, foi elaborado um roteiro de entrevistas e visitas a campo com uma das lideranças da união de moradores, dona Maria de Jesus, com moradores dos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho;

pequenos comerciantes como o Sr. Batista, dono de uma pequena e conhecida cachaçaria no território e grandes empresários como o Danilo, proprietário do restaurante Flor de Vinagreira que possuem empreendimentos ou habitam no território, estes foram essenciais para entender dentro de cada uma das suas realidades o impacto desses processos no espaço. Algumas dessas entrevistas foram gravadas (com o consentimento dos entrevistados) e outras foram conversas informais que foram transcritas posteriormente para compor o acervo de material de dados levantados que serviriam de base na construção desse documento de maneira primordial para as discussões e entendimento dos impactos e dicotomias entre as realidades dos diversos atores sociais que habitam e fazem uso desse espaço. Nessas visitas e entrevistas também foram feitos registros fotográficos.

Houve também durante o processo o acompanhamento de uma palestra sobre o programa “Nosso Centro” (que será discutido nos capítulos posteriores) que foi ministrada pelo Secretário da SECID e foi de suma importância para entender inicialmente o programa e os processos de reestruturação urbana que o Centro Histórico estava e viria a sofrer com a implantação dessas políticas

A quarta etapa se constituiu no tratamento e análise dos dados obtidos e a quinta etapa dessa pesquisa foi a produção da construção escrita aqui apresentada, no qual discutiremos os processos de gentrificação pelos quais o Centro Histórico de São Luís passou ao longo dos anos segregando seus usos e que atualmente, há pouquíssimos aspectos da produção e do consumo do espaço que não estão profundamente afetados, direta ou indiretamente, por políticas do Estado (HARVEY, 2005). Reconhecendo também que a origem do padrão de segregação social que ocorre nas cidades de qualquer economia hoje é consequência de transformações econômicas e sociais que aconteceram no passado. Assumimos então que os resultados derivados das transformações econômicas e sociais podem ser distintos (FURTADO, 2014).

1. RESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1. Reestruturação do Espaço Urbano e Gentrificação – Entendendo o processo

Entendido aqui como parte de um amplo e complexo processo de (re)estruturação urbana, sendo um evento específico das sociedades capitalistas, o conceito de **gentrificação** (*gentrification*) foi cunhado pela socióloga Ruth Glass no ano de 1965, vindo de uma teoria fundamentalmente marxista. Foi utilizado pela primeira vez em uma análise sobre a transformação imobiliária ocorrida em bairros londrinos em 1950, através do qual algumas áreas residenciais deterioradas no centro de Londres, ocupadas pela classe trabalhadora, estavam sendo transformadas em áreas residenciais para a classe média o que definiu a elitização dos estratos sociais (a alta burguesia urbana – *urban gentry*) que se apropriam de bairros operários.

Como citado acima as definições de gentrificação originadas por Glass têm maior foco na questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre pela nova classe média nos espaços centrais das cidades urbanas.

Entretanto, é difícil isolar a gentrificação como um simples caso de substituição de habitação de baixo custo por projetos habitacionais para camadas média e alta, pois sendo um dos elementos de um permanente processo de (re)estruturação urbana, processo esse que é parte da organização do espaço urbano e sendo o espaço urbano o espaço de um mercado unificado em uma economia de produção de mercadorias (DEÀK,1985), a gentrificação acontece de acordo com as necessidades do modo de produção dominante na economia, que está em sintonia com os propósitos da estrutura dominante da sociedade em um período histórico determinado.

O conceito de gentrificação evidencia, simultaneamente, as dinâmicas de segregação urbana assim como os desafios de articulação entre transformações urbanas, sociais e estruturação do território (CERQUEIRA,2014). Este processo de gentrificação pode nos parecer como conceito novo, mas se olharmos para às descrições de alguns processos de expulsão ou remoção de trabalhadores, percebemos que este processo é a nova forma de um velho processo, como citado por MARX (1967, v.1, p.657):

A melhoria das cidades acompanhando o crescimento da riqueza, através da demolição de quarteirões mal construídos, a construção de palácios para bancos, grandes depósitos, etc., o alargamento de ruas para o tráfego comercial, para luxuosas carruagens e para a introdução de bondes, etc., erradicam os pobres para lugares ainda piores e mais densamente ocupados.

Esse processo também pode ser visto, antes mesmo de sua definição atual, nos processos citados por SMITH, N e WILLIAMS, P., (1986):

Se a reestruturação que iniciou agora continua na sua atual direção, nós podemos esperar por importantes mudanças na estrutura urbana [...]. A conclusão lógica da reestruturação atual [...] seria a de um centro urbano dominado pelos profissionais-executivos, pelas funções financeiras e administrativas, residências das classes médias e média alta e mais os serviços necessários e a estas classes tais como hotéis, restaurantes, comércio, cinema e cultura [...]. O corolário disto seria um desalojamento substancial da classe trabalhadora para os velhos subúrbios e periferia urbana (1986, p. 32).

Entendendo o processo de gentrificação como consequência de mudanças não apenas na qualidade, composição e distribuição de força de trabalho, mas principalmente, e primeiramente, na reorganização do espaço para produção, circulação e consumo de mercadoria (FURTADO,2014), trata-se aqui de um processo que passa de pontual e característico às áreas centrais para uma estratégia global articulada à reprodução das dinâmicas capitalistas (MENDES,2011).

Muito têm se estudado e pesquisado sobre o conceito clássico de Glass privilegiando a análise do impacto das transformações urbanas sobre o local de residência e os indivíduos que habitam essas áreas, entretanto, pouco se aborda a incidência desse processo sobre as estruturas comerciais (VAN CRIEKENGEN E FLEURY, 2006), entretanto, como citado por SMITH, N. (2007):

[...] mesmo que ignoremos a renovação urbana e o (re) desenvolvimento comercial administrativo e recreacional que vem ocorrendo, e concentremo-nos apenas na reabilitação residencial, e patente o fato de que, onde quer que os “pioneiros urbanos”⁴ se aventurem, os bancos, as incorporadoras, o Estado

⁴ Durante o séc. XX com a experiência da suburbanização, a cidade americana veio a ser vista, pela classe média branca, como lugar selvagem. A cidade era e ainda é para muitos, habitat da morbidade social e do crime, do perigo e da desordem (Warner 1972) [...] os últimos 20 anos assistiram a um deslocamento do medo em direção ao romantismo e uma progressão da imagem urbana de lugar selvagem para a ideia de fronteira [...] a barbárie dá lugar a fronteira quando a conquista está em curso. Portanto, na cidade americana do séc. XX a imagem de selva urbana foi substituída por aquela da fronteira urbana [...]. Na linguagem da gentrificação, o apelo à imagem de fronteira é exato: pioneiros urbanos, proprietários urbanos e caubóis urbanos são os novos heróis folclóricos da fronteira urbana [...]. Por fim, e esta é a conclusão importante, a imagem de fronteira serve para racionalizar e legitimar um processo de conquista

e outros atores econômicos coletivos geralmente chegam antes. (2007, nº21, p. 18).

Partindo desta perspectiva discutiremos não só a questão dos processos de gentrificação ocasionados pela especulação imobiliária, mas também as dinâmicas entre as atividades do comércio e transformações urbanas, analisando a paisagem comercial como um dos elementos para compreensão do tecido urbano do território do CH. Entendendo que as transformações das estruturas desses espaços corroboram na emergência de uma nova demanda local articulada à apropriação do mercado pelas classes qualificadas.

Ao longo das décadas o espaço urbano do Centro Histórico sofreu gradativos processos de reestruturação (citados nos próximos capítulos), produzidos através da participação do Estado como mediador do processo de gentrificação através do fornecimento de recursos físicos e financeiros que terminam por acelerar o processo de expulsão indireta, e também direta dos indivíduos que habitam e convivem nesse espaço.

Esses tipos de gentrificação variam de acordo com o cenário econômico e social em que se inscrevem (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), no contexto atual da cidade o processo deu-se sob a perspectiva de que a concentração e o fluxo territorial de pessoas da/na área suscitou a atração de demais iniciativas comerciais do setor privado e do Governo e potencializou dinâmicas decorrentes da esfera de gentrificação (DIAS, 2011; SMITH, N, 2007; GLASS; 1964).

tanto no caso do Oeste americano no séc. XVIII e XIX quanto no caso das áreas centrais das cidades do séc. XX. - SMIT, N. Gentrificação, a Fronteira e a reestruturação do Espaço Urbano, pp 55 – 31.

2. CRIAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

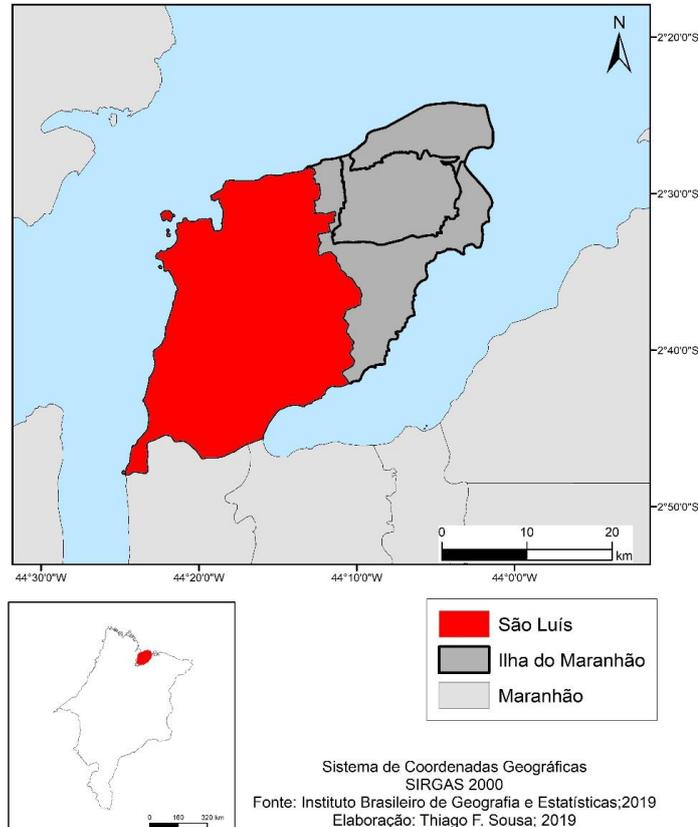
A produção deste capítulo foi elaborado com a finalidade de apresentar os aspectos do processo de formação, ocupação, desenvolvimento e expansão da cidade de São Luís e em específico o Centro Histórico, a fim de conhecermos a origem de alguns espaços urbanos, edificações e elementos importantes para a compreensão da consolidação deste espaço, relacionando os processos de transformação sofridos ao longo de seu processo de estruturação através de seu crescimento (expansão da ocupação), das mudanças de proporções e dimensões das edificações e dos espaços livres; dos tipos de usos, da alteração da aparência dos lugares e das construções, da substituição e/ou complementação dos trajetos; da alternância dos valores dados às diferentes áreas, entre outras.

2.1. Criação e estruturação do Centro Histórico de São Luís – MA: Processo de Urbanização e Habitação

Implantado na confluência dos rios Bacanga e Anil em 1612 pelos franceses e ocupada pelos portugueses em 1615, São Luís do Maranhão (Mapa 2) foi fundada ainda no século XVII. Sua ocupação constituiu-se como estratégia da Coroa Portuguesa em impedir a invasão de nações inimigas em seu território.

Mapa 2

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS ILHA DO MARANHÃO - MARANHÃO 2019



Sua ocupação foi resultado da tentativa francesa de criar a França Equinocial, estabelecendo-se em torno do Forte de Saint Louis⁵. Em 1614 o Governador Geral do Brasil ordenou o envio de uma expedição militar saída de Pernambuco sob o comando do português Jerônimo de Albuquerque, com o objetivo de expulsar os franceses do Forte. Assim, somente três anos e quatro meses depois, em 1615, se deu a “reconquista” do Maranhão pelos portugueses (LOPES, 2008).

Em 4 de novembro de 1615 a União Ibérica vence a batalha contra os franceses (que batalharam junto aos indígenas), restaurando o domínio português. Com a vitória, os portugueses mantiveram o nome de São Luís.

⁵ “Marco da ocupação francesa, a construção da Fortaleza de São Luís (Forte de Saint Louis), no mesmo ano da fundação do núcleo, foi decisiva no processo de ocupação e desenvolvimento da cidade, permitindo a formação do mais antigo espaço urbanizado de São Luís, onde foram instalados edifícios administrativos e religiosos, que funcionaram como pontos de atração para as primeiras populações. ” (LOPES, 2008, p. 10.)

Com a retirada das tropas francesas pelos portugueses foi estipulado novo modelo de urbanização da cidade a partir de um plano de arruamento, concebido pelo engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita para garantir e formalizar o domínio do território. O plano que “refletia as noções renascentistas de beleza de simetria e ordenação dos espaços” (LOPES, 2008) deveria orientar o crescimento da futura cidade. Frias de Mesquita buscou, através de seu plano, adaptar o núcleo urbano existente aos padrões estabelecidos pelas “Leis das Índias”⁶ o que significou “*absorver o grande largo composto pela fortificação francesa e adequar o traçado ortogonal dos arruamentos, a largura constante das ruas, sem distinção de categoria principal e secundária e a orientação de acordo com os pontos cardeais*” (BURNETT, F. 2008, p. 109). Por isso, o centro histórico São Luís, hoje, caracteriza-se pela arquitetura civil de influência portuguesa bastante homogênea. A sua construção acelerou-se no período de expansão urbana dos séculos XVIII e XIX, como citado por PACHECO, 2014:

Até aproximadamente 1700, a cidade ficou estabelecida no traçado ortogonal desenhado por Frias de Mesquita, respeitando a divisão de lotes e a implantação das edificações, porém partir de 1750, é iniciado o processo de consolidação da ocupação da cidade de São Luís, primeiramente motivado pelo controle de acesso à região – sendo, por isso, transformada em acampamento militar -, se tornando, então, entreposto comercial. Esta mudança suscitou duas grandes consequências na urbanização: elevou o número de habitantes – provocado pela migração das famílias vindas do arquipélago dos Açores e, sobretudo, pelos escravos africanos - e diversificou as funções ali realizadas, concentrando atividades e provocando a valorização do solo urbano nas áreas ligadas ao porto. Possibilitou, ainda, a ampliação das dimensões dos lotes na cidade para abrigar edificações de maior porte para atender às novas atividades e aos ricos proprietários que ansiavam por ostentar sua riqueza através das exuberantes edificações.

Após a consolidação desta forma de urbanização produzida por Frias associada a um modelo que viria ser construído pelos novos moradores é que o Maranhão foi integrado à Coroa Portuguesa. Entre os anos de 1619 e 1680 chegaram as primeiras 400 famílias de colonos açorianos que desenvolveram aqui as culturas de açúcar e algodão.

⁶ Conforme Burnett “O domínio da Espanha sobre Portugal, através da União Ibérica, parece explicar o critério adotado na traça de São Luís, distinto da malha concêntrica tradicional da colonização lusitana, substituída pelo padrão regular, levando alguns autores a discordar desta adequação à topografia do sítio. Quando a Coroa portuguesa ficou sob domínio de Felipe II, o urbanismo passou a ser orientado pelas normas de regularidade formal contidas na Legislação Filipina para as colônias. Isto explica o fato de cidades como João Pessoa e São Luís do Maranhão apresentarem traços muito formais, semelhantes a um tabuleiro de xadrez” (Cf. REIS FILHO, 2001, p. 58-61. Apud: BURNETT, 2008, p. 111.)

O desenvolvimento econômico da cidade manteve este modelo urbano nos séculos XVII e XIX, à medida que se expandiu em direção ao interior da ilha.

Assim foi sendo construído o núcleo urbano pioneiro da cidade de São Luís, hoje, Centro Histórico que como citado por LOPES, 2008:

A ocupação da cidade, neste aspecto, seguiu a característica das ocupações lusitanas: cidade alta, concentrando as atividades administrativas, religiosas e militares; e a cidade baixa, voltada à atividade comercial. Na cidade baixa, portuária, o bairro da Praia Grande se desenvolveu as margens do Rio Bacanga, seguindo em direção à Rua do Trapiche, a rampa do Palácio do Governo até a Rua da Estrela, em contraposição à Praia Pequena que também era conhecida como Praia do Caju, hoje, Beira-Mar.

Durante a segunda metade do séc. XVIII ocorre um aumento populacional da cidade que passa de 854 habitantes em 1718 para 16.580 em 1788 (SEVILHA, 2008), com impactos positivos na produção e com a concentração de atividades econômicas em São Luís. Ocasionalmente, neste período, a valorização do solo urbano e uma maior diversidade nos tamanhos dos lotes, o que proporcionou uma expansão como citado por MOTA; MANTOVANI, 1988, p.21:

[...] até a década do século XVIII a área urbana se projeta, a partir do núcleo inicial localizado próximo ao Forte e ao Cais, em direção ao Largo do Carmo. A seguir o povoamento se dá no sentido Carmo-Desterro, atraídos pelo Convento das Mercês e pela Fonte das Pedras. Mais tarde, a ocupação se orienta para o bairro do Egito, Rua do Ribeirão e cercanias da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (...) já no final do século, o povoamento se expande em diversas direções: ganha o rumo do Convento de Santo Antonio e Remédios e também o da Igreja de São Pantaleão e outras áreas já razoavelmente afastadas da que abrigava os primeiros prédios[...].

O Rei D. José I, durante metade do séc. XVIII, através do seu Primeiro Ministro Sebastião José de Carvalho Melo, também conhecido como Marquês de Pombal, para garantir o fornecimento de matéria-prima para a nascente indústria manufatureira da Metrópole criou em diferentes regiões de suas colônias uma série de Companhias de Comércio, como por exemplo a Companhia da Ásia em 1753, a Companhia da Pesca da Baleia e a da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro em 1756 e a Companhia de Pernambuco e Paraíba em 1759 (SEVILHA, 2008).

No caso do Maranhão em 1755, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que introduziu o estado no cultivo de algodão em larga escala produzido por mão-de-obra escravizada. Pela necessidade do transporte dos escravizados africanos, o bairro da Praia Grande foi o principal ponto de recepção de escravos africanos que daqui eram vendidos para o restante da província.

A migração de famílias do arquipélago dos Açores para São Luís e, sobretudo, a introdução do trabalho escravo africano colaborou para o crescimento populacional.

Nos anos seguintes a década de 1750 muito foi-se investido no território do Centro Histórico, através da criação da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão e os decorrentes investimentos no estado, contribuindo de forma significativa para o crescimento populacional e expansão do núcleo da cidade (COSTA & ZAGO, 2008)

Estudos regionais históricos apontam que foram dois os importantes ciclos econômicos que foram responsáveis pelo rápido desenvolvimento do núcleo urbano, do que na época, era uma província de Portugal. O primeiro entre 1780 e 1820 com a monocultura algodoeira voltada para o abastecimento das fábricas inglesas nos tempos da Revolução Industrial, e o segundo entre os anos de 1850 e 1870 com o estímulo do Governo para a produção açucareira corroborando na implantação de diversos engenhos.

Durante os anos de 1860 e 1870 embora os movimentos de deslocamento da população para outras áreas da cidade estivessem acontecendo - e com eles a transferência de investimentos para melhoramentos e estímulos para que essas áreas do subúrbio fossem ocupadas - o centro originário de São Luís não perdeu algumas funções natas, o que pode ser observado através da especialização funcional da área (PACHECO, 2014).

Entre os anos de 1872 e 1900, como citado por LOPES,2008, p. 25:

Instalaram-se em São Luís, vinte e quatro estabelecimentos fabris – principalmente têxteis, mas também de fósforos, cerâmicas, chumbo, sabões, prego, calçados e outras– financiadas como capital das vendas de fazendas desvalorizadas pela abolição da escravatura e com empréstimos que se

Tornaram pesados fardos coma crise cambial e a desvalorização da moeda em 1897. De fato, a instalação deste parque fabril teve pouco impacto sobre o crescimento demográfico, mas contribuiu para a desconcentração dos serviços e da malha viária, até o Anil.

A crise econômica do início do século é a crise de uma burguesia rural que precisou abandonar o campo e adaptar-se a novas condições de vida e trabalho em uma cidade que queria ser, naquele momento, a Manchester do Norte.

Já no século XX, após um período de transformações econômicas, a cidade de São Luís começa a sofrer transformações econômicas geradas pela perda da atividade agroexportadora e estagnação do crescimento das atividades fabris que corroboraram

em amplas transformações e ocupação espaciais da cidade para além do núcleo central (PACHECO,2014).

Sobre os acontecimentos que levaram o território do Centro Antigo a “decadência”, ainda em seus escritos, Pacheco cita:

O autor sugere três etapas de “decadência” da área central de São Luís, que podem ser assim resumidas: a primeira, no final da década de 1920, provocada pela excessiva mistura de usos da região da Praia Grande que, em razão das atividades portuárias, passou a comprometer a qualidade ambiental das residências da elite comercial; a segunda, provocada pela chegada dos automóveis e dos novos padrões urbanos e residenciais na cidade, e a terceira – e que ocasionou as mais profundas transformações na área central – esboçada no final da década de 1950, a partir dos planos do engenheiro Ruy Mesquita (1958), que projetou um novo vetor de expansão norte-sul, reforçando a ideia da modernização urbana. (pp. 45-46. 2014).

Obras de alargamento nas vias centrais, abertura de avenidas que ligavam o território central aos novos bairros que estavam sendo ocupados nas áreas suburbanas, construção de novos prédios a partir da demolição de parte dos quarteirões da área central são intervenções que na história da cidade de São Luís representam, também, a intervenção clássica do poder público que busca retomar o crescimento urbano a partir da renovação dos espaços públicos com implantação de melhoria na infraestrutura e nos serviços. (Cf. BURNETT, 2008, p. 122-123 apud. PACHECO,2014.).

Essas remodelações urbanas contribuíram para atrair uma parcela da população de renda mais elevada, principalmente em busca de moradia para essas regiões da cidade (longe do núcleo central), devido à perspectiva da melhoria na qualidade de vida que poderia ser proporcionada pelas promessas de modernidade (PACHECO, 2014), e também por serem obrigadas a cumprir exigências da legislação sanitária em vigor - na qual os antigos casarões não se enquadravam. Além disso, simultaneamente a esse processo ocorreu o esvaziamento da centro patrimonial, gerando a desvalorização da área central, que passou a ser ocupada pela população de renda mais baixa, transformando algumas das edificações em cortiços⁷ (COSTA & ZARGO, 2008).

O deslocamento da população de classe alta e média para as regiões periféricas da cidade deslocam também os investimentos governamentais do território do CH para

⁷ “O cortiço é uma forma de moradia individual ou coletiva, usualmente arrendada, estabelecida em velhas e “decadentes” edificações. No Brasil, eles seguem um padrão muito similar àqueles descritos nas áreas centrais nos EUA e Europa [...]. Eles são predominantemente bem localizados em relação aos locais de trabalho [...]. A ocupação densa e “decadente” representa o custo social dos cortiços.” FURTADO,2014.

às regiões periféricas na qual elas foram realocadas. Investimentos em transportes aberturas de avenidas, sistemas de esgotamento e água, ao passo que os moradores, as moradias e o próprio Centro Histórico são abandonados pelo Estado.

Está claro, que como citado por Burnett⁸, as transformações sócio-espaciais que a cidade de São Luís passou neste século (XX) teve o Estado como agente principal. O que nos faz lembrar da fala de SANTOS (2008, pp. 113):

O capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infraestruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e à circulação interna dos agentes e dos produtos. De outro, para atingir o mercado nacional, é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa. Esse processo é concomitante ao de centralização dos recursos públicos em mãos do governo federal, que os utiliza em função de suas próprias opções.

Fazendo-nos concluir que está no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado “a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado” (MARCUSE, 2004, p. 30). Este processo, muito comum nos grandes centros urbanos brasileiros, se traduz a partir das políticas urbanas que reforçam os padrões de diferenciação espacial com a conivência e o apoio do Estado (SANTOS, 2001).

Esse processo de abandono e reutilização dos espaços centrais pela população de baixa renda também pode ser caracterizado como parte de um processo de gentrificação, que a exemplo, já aconteceram em outros países, como cita FURTADO (2014, p. 352):

O processo de gentrificação nesses países se desenvolve mais ou menos da seguinte forma: O êxodo das camadas sociais mais ricas, como resultado da deterioração física do ambiente construído, facilita a ocupação da área pelas camadas sociais de menor renda. Assim, os edifícios existentes são adaptados para aumentar a densidade de ocupação [...]. O objetivo é aumentar os retornos financeiros pela multiplicação do número de ocupantes. Por outro lado, reduz-se quase todos os investimentos em melhorias e manutenção⁹, na medida em que, como resultado da baixa expectativa em relação à qualidade do imóvel e da pouca capacidade de pagamento entre os novos moradores, a racionalidade do sistema permite a apropriação de maiores retornos financeiros mesmo em um processo de degradação.

A condição de localização nas centralidades urbanas propicia, ao mesmo tempo que ocorre um processo de degradação do ambiente, a valorização do seu solo. Pois

⁸ Cf. BURNETT, F. L. *O Estado e o patrimônio cultural: políticas de elitização e popularização na área central de São Luís*. São Luís: UFMA, Programa de Pós Graduação, 2007, p. 3.

⁹ MARX (2014, p. 775) apud. FURTADO (2015) afirmou que, “quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores”.

sempre haverá uma grande quantidade de interessados, na mesma medida em que sempre haverá um grupo de pobres e trabalhadores procurando emprego e moradia de baixo custo. Essas estruturas podem permanecer esquecidas e inalteradas por décadas, mas mesmo assim, na medida em que o processo produtivo da cidade se desenvolve, ela pode ter seu uso alterado, só esperando para serem transformadas tão logo a necessidade de uso para o capital seja sentida.

Podemos observar até aqui que um movimento centrífugo da população que gerou um efeito multiplicador: a crescente descentralização das empresas (nesse caso do setor industrial) encorajou a suburbanização de famílias de camadas alta e média, para a construção de bairros suburbanos em solos baratos, enquanto as habitações dilapidadas e velhos prédios no centro da cidade foram ocupados por famílias de baixa renda.

No capítulo seguinte, apresentaremos como esse espaço, no séc. XXI, passa por um novo processo de reestruturação voltado para uma nova demanda local, articulada à apropriação do mercado pelas classes “qualificadas”, e como o Estado como um agente fundamental no processo de intervenção no urbano, atua em prol do processo gentrificador.

2.2. Processo de Patrimonialização do Centro Histórico de São Luís

O patrimônio se distingue da banalidade por sugerir algo que mereça ser preservado devido às cargas de trabalho, apropriação e quaisquer outros valores investidos em sua elaboração. Ele pode ser tanto público como privado. Assim, certos móveis ou imóveis, a natureza, os lugares de práticas sociais e culturais podem ser patrimônio. (CARLOS, A. F. A. et.al. 2005 pg.254).

O Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão – território estudado nessa pesquisa, de acordo com o mapa de localização da Praia Grande e Desterro (anexo I), abriga em seu território uma rica e diversificada arquitetura Colonial levantada e adaptada para as condições climáticas do Brasil. Possui casarões com mirantes que preservam um traçado dos séculos XVIII e XIX e azulejos que trazem o perfil colonial ao espaço.

Seu núcleo original, fundado pelos franceses em 1612, teve como marco de sua ocupação, a construção da Fortaleza de São Luís, no mesmo ano da fundação do núcleo. Esta foi decisiva no processo de ocupação e desenvolvimento da cidade, permitindo a formação do mais antigo espaço urbanizado de São Luís onde foram instalados edifícios administrativos e religiosos, que funcionaram como pontos de atração para as primeiras

populações. Esse exemplar arquitetônico e a composição urbanística associada a ele representam o núcleo embrionário da cidade de São Luís (PACHECO, 2014).

Com a quebra do sistema agrícola do Estado do Maranhão no final do período imperial, os meios materiais de manutenção de um estilo de vida requintado que propiciou a São Luís erguer um vasto número de construções em estilo colonial desaparecem trazendo mudanças importantes para o centro antigo da cidade.

A partir de então, inicia-se o declínio de parte do centro antigo da cidade com o abandono de muitos casarões, a partir de meados do século XX o tecido urbano do Centro Antigo, devido a saída de muitos moradores tradicionais (que representavam o segmento de maior poder econômico) e ao decréscimo do comércio foi sendo abandonado, proporcionando um processo de arruinamento de diversas construções do tecido urbano da referida área (SILVA, J. 2009).

Esse não foi um processo atípico, exclusivo do centro antigo de São Luís, podemos citar casos parecidos nos centros antigos, acontecidos em outros países como EUA e Canadá, como citado por SCOTT apud. FURTADO (2014, P. 351):

A medida que as empresas e as famílias migravam em número crescente, no sentido do centro da cidade para o subúrbio, o centro começou a entrar em um processo de “decadência” e dilapidação[...] os proprietários de Terra urbana não puderam fazer muito mais que estimular toda esta dinâmica de deterioração das áreas centrais urbanas, restringindo todo e qualquer novo investimento improdutivo em bairros “decadentes”, e explorando as suas propriedades da melhor forma possível a curto prazo.[...] A consequência foi uma crescente ineficiência na alocação de terras nas áreas centrais das cidades e uma redução crescente da renda municipal[...].(1980, pp.212-213).

Assim como nesses países, a fuga das áreas centrais para os subúrbios ocasionou às áreas centrais uma crise financeira com a emigração de empregos e pessoas, provocando uma contínua erosão de arrecadação local. Esse fenômeno determinou inevitavelmente a deterioração da infraestrutura das áreas centrais da cidade.

Com a migração de diversos moradores causando o esvaziamento de grande parte desses imóveis, o abandono pelos proprietários e nenhuma providência tomada por partes das autoridades públicas responsáveis, a falta de manutenção física corroborou em um processo de arruinamento desses casarões. Apesar desses fatos, de modo geral, a unidade arquitetônica do conjunto urbano do centro Antigo se mantinha conservada devido a um fluxo de novas construções ser mínimo dentro do perímetro.

O processo de gentrificação como parte do processo de renovação urbana tem sido saudado ao longo das décadas como salvador da “decadência” das áreas centrais das cidades, entendendo isto, mesmo com o ritmo lento de novas construções, os prédios centenários do Centro Antigo de São Luís não estavam a salvo pois além do arruinamento iniciou-se o discurso de progresso, tendo a gentrificação como “ponta-de-lança” de um renascimento urbano (SMITH, N 2007).

Seguindo esse pensamento as construções antigas (solares, sobrados, moradas inteiras, meias-moradas e porta e janela) da cidade começaram a serem postuladas como exemplos do atraso econômico perpassado em São Luís (SILVA, J. 2009).

É dentro desse contexto que o Órgão Nacional de Gestão do Patrimônio no Brasil se apresenta como fundamental para a mudança do cenário de valoração do conjunto urbano do centro antigo de São Luís.

O processo de Institucionalização não se deu somente pelo viés da ação do poder público, pois mesmo que pese a atuação do SPHAN¹⁰ sobre os tombamentos individuais efetivados, na sociedade haviam outros agentes que defendiam a preservação do patrimônio histórico

As ideias preservacionistas, em São Luís, surgiram e ganharam importância fora do âmbito do poder público, a partir do olhar dos intelectuais interessados nos “vestígios” da história da cidade, que ganhou um novo status, uma nova identidade, a ser defendida e preservada: *São Luís, Cidade Colonial* (LOPES, 2008, p. 45).

Essa participação de intelectuais na defesa da arquitetura colonial foi um fator de importante, pois ajudou a dar visibilidade à importância do preservacionismo histórico desses edifícios. Com o advento do decreto-lei nº 25/37 foi criado um estatuto jurídico pelo Estado capaz de instrumentalizar a preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil. Este decreto tratou de criar mecanismos de preservação e proteção. A criação do SPHAN também possibilitava uma maior legitimidade às ações em âmbito patrimonial.

¹⁰ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei nº. 378, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mário de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda desses bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Em 1946 o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 o DPHAN é transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Aos intelectuais locais e, particularmente, à atuação de Antonio Lopes da Cunha deve-se a fundação de instituições preservacionistas como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), a conservação da Igreja Matriz de Alcântara (1927), a discussão de instrumentos legais de preservação para o município (1936), a articulação com o Museu Nacional e o SPHAN (década de 30), e orientações para os primeiros tombamentos federais na cidade (1940). Estes intelectuais também organizaram a primeira instituição local de defesa do patrimônio cultural, a Comissão de Patrimônio e Artístico Tradicional de São Luís, e o Decreto nº 476 (1943), que proibia a demolição de sobrados e casa com mirante ou azulejos nas fachadas (LOPES, 2008, p. 45-46).

Os primeiros conjuntos urbanos a serem tombados em São Luís ocorreram em 1955 através do Governo Federal, além destes, o poder público local também começou a se importar com a necessidade de salvaguardar o conjunto colonial.

Com base nesse pensamento de preservação, o DPHAN no ano de 1955 fez a inscrição no Livro de Belas-Artes do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Benedito Leite, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça João Francisco Lisboa e do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias. Com essa ação de tombar conjuntos urbanos, nesse momento diversas praças, o órgão de gestão do patrimônio nacional almejava a manutenção do conjunto arquitetônico e paisagístico do Centro Antigo da cidade. Até o final da década de 1950 foram efetivados em São Luís, oito processos de tombamento. Sendo que quatro individuais e o mesmo número de tombamentos de conjuntos urbanos (SILVA, J. 2009, p 5-6).

As ações desenvolvidas pelo órgão de gestão nacional do patrimônio desde a década de 1940 possibilitaram ao Centro Antigo de São Luís, ser considerado um local de importância para a história e memória nacional por suas construções consideradas históricas. Apesar dessas ações, um interesse mais consistente da proteção do conjunto arquitetônico por parte das autoridades públicas locais não floresceu repentinamente. A vinda de consultores enviados como a do francês Michel Parent, a convite do Governo do Estado em 1960, e do consultor Viana de Lima a envio da UNESCO, em 1973, foi um fator que contribuiu para uma mudança na percepção valorativa local acerca do conjunto arquitetônico. (SILVA, J. 2009).

Apesar de caírem no esquecimento durante um tempo no âmbito estadual, entretanto, na esfera federal, no ano seguinte a vinda de Vianna de Lima, o IPHAN fez a sua maior ação até o momento ao consolidar sua política de proteção do conjunto

arquitetônico com o tombamento federal da cidade de São Luís com base na pesquisa feita por Vianna de Lima.

Consciente da importância do patrimônio cultural maranhense e das ameaças crescentes, o Governo Federal, através do então IPHAN/MEC, determinou o tombamento federal de vários conjuntos urbanos e monumentos históricos em São Luís, totalizando dezesseis processos de tombamento, no período de 1940 – 1963 e (provavelmente alertado pelos relatórios de M. Parent e Viana de Lima) no período de 1974 – 1987 (ANDRÈS, 1998, p. 56).

O tombamento foi o ápice das políticas patrimoniais que vinham sendo implantadas, construindo um valor enquanto patrimônio para todo o conjunto urbano tombado. Surgia assim o Centro Histórico de São Luís, através da atuação do IPHAN que foi essencial para a valorização do patrimônio histórico e arquitetônico no Brasil.

Portanto, após anos de abandono e arruinamento, o tombamento¹¹ arquitetônico e paisagístico do conjunto urbano do Centro Histórico de São Luís, veio a se consolidar em 1974 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN (Processo nº 454-T-57; inscrição nº 64 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro das Belas-Artes, ambos em 13 de março de 1974), no qual se incluíam os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão e recebeu em 1997 o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, através da União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Oficialmente, nos registros, reúne cerca de mais 4.000 construções históricas tombadas pela União que ocupam uma área de 250 hectares, mas que, devido aos critérios federais, que priorizam as edificações do século XVIII o perímetro de tombamento de conjunto foi limitado aos bairros da Sé, João Lisboa, Praia Grande, Desterro e Portinho homogeneizados pela arquitetura colonial, ficando classificada como zona de proteção da área tombada o território do Largo do Carmo até o Liceu Maranhense, com seus exemplares dos séculos XIX e XX. (IPHAN, 2014).

¹¹ De acordo com Fernando Fernandes da Silva ao discorrer sobre o significado de tombamento constante no decreto lei Nº. 25, de 30.11.1937, “o tombamento é o instituto jurídico pelo qual se faz a proteção do patrimônio histórico e artístico, que se efetiva quando o bem é inscrito no livro do tombo” (2003, p. 122)

3. Reestruturação do Espaço Urbano e o Cenário Atual na Estruturação do Centro Histórico

Tomando aqui o processo de gentrificação como um evento específico das sociedades capitalistas procuraremos entender que os processos envolvidos são sempre particulares - como foi o que ocorreu no Centro Histórico de São Luís - tanto relacionados aos diferentes períodos temporais em uma mesma sociedade, quanto com as relações sociais distintas, procurando explica-lo tanto por tendências estruturais quanto por suas especificidades históricas, entretanto, dentro da teoria e no contexto social do qual ele é parte.

3.1. Processos de Gentrificação na reorganização do espaço No centro Histórico de São Luís

A produção do espaço¹² no desenvolvimento geográfico é um processo acentuadamente desigual (SMITH,1984). No espaço urbano esse modelo de desenvolvimento na forma de reestruturação do espaço não é um fenômeno novo. Todo o processo de crescimento e desenvolvimento urbano consiste em um constante arranjo, estruturação e reestruturação do espaço. O que é novo, hoje, é a intensidade em que esta reestruturação do espaço se apresenta como um componente imediato de uma ampla reestruturação social e econômica das economias capitalistas avançadas (SMITH, N, 2007).

Sendo um processo de reestruturação social e econômica nas economias capitalistas, um visível componente espacial da transformação social e como dito por Smith um processo desigual, a população que ocupa e habita esses espaços onde os processos de gentrificação (parte dos processos de reestruturação do espaço) emergem, acabam sendo ao decorrer do processo, de acordo com a classe social na qual se insere, estratificada, segregada ou expulsa dos espaços onde esse fenômeno ocorre.

¹² O termo “produção do espaço” foi desenvolvido pelo pesquisador Henri Lefebvre em seu livro de 1975 ainda não traduzido para o português *A Produção do Espaço* (do original em francês *La Production de l'espace*). Esta categoria de análise proposta pelo autor, proveniente de Marx, se refere aos processos de atuação das forças produtivas capitalistas no espaço (urbano), bem como suas repercussões na produção das relações sociais e ideológicas inerentes aos grupos humanos. Lefebvre (1992) nos aponta a importância e o sentido do termo “produção”, em que existem duas acepções: uma *strictu sensu*, que indica a produção de bens e mercadorias, e outra *latu sensu*, que se liga à ideia de que se produzem também relações sociais, ideologia, cultura, valores, costumes, entre outros. Este entendimento é muito bem aplicado aos estudos de ordem urbana a partir de uma visão marxista. O espaço é marcado pela atuação dos agentes sociais(DOS SANTOS, 2015).

O processo de gentrificação no decorrer das últimas décadas incidiu principalmente sobre diversas áreas centrais urbanas que frequentemente alvo de políticas de revalorização se reinventam como espaço de residência, consumo e lazer para classes abastadas. O contexto atual desses processos, no entanto, nos mostra a emergência de uma nova definição desse processo que passa de um processo pontual e característico às áreas centrais para uma estratégia global articulada à reprodução das dinâmicas capitalistas (MENDES, 2011)

Ao analisar o processo de gentrificação no Centro Histórico de São Luís, partindo dos programas de planejamento governamentais, percebemos que possui suas próprias peculiaridades, distintas de outros processos de gentrificação, como aqueles determinados por uma nova ética do capital baseado apenas em industrialização ou valorização do solo voltado para o setor imobiliário de habitação.

O processo de gentrificação no CH também não pode ser visto unicamente como expressão de uma mudança nas preferências de consumo por habitação e lazer entre alguns setores da classe média determinado por um novo plano ideológico do capital baseado em preferências (gosto e estética)¹³, mas principalmente como o resultado da necessidade de reorganização do espaço urbano para atender as necessidades dos setores de serviço, comércio e turismo.

Nesse processo de (re)estruturação do espaço no CH, as diferenças das ações governamentais de planejamento voltado para os habitantes e ocupantes versus as ações deste voltadas para o setor privado e o novo público que esses investimentos trarão, aparece como problemática central com o Estado mediando o processo de fornecimento dos meios necessários para que o processo de gentrificação se desenvolvesse e, no presente, se desenvolva.

Usaremos como eventos de processos de gentrificação no CH de São Luís, o “Projeto Reviver” como um processo de gentrificação consumado e o “Programa Nosso Centro” como processo de gentrificação em emergência.

¹³ Esta é uma visão criticada por Smith, segundo o qual “se escolhas culturais e preferências do consumidor realmente explicam a gentrificação, isto nos levaria à hipótese de que as preferências individuais mudariam em uníssono, não só nacionalmente, mas também internacionalmente – uma visão desanimadora de individualidade natural e cultural humanas – ou que barreiras intransponíveis seriam fortes o suficiente para obliterar a individualidade implícita na preferência do consumidor”. - (SMITH, N. e WILLIAMS, P. 1979, p.540).

3.1.1. Projeto Reviver

Em 1973 a pedido do Governo do Estado¹⁴ foi elaborado uma proposta de planejamento com o objetivo de construir um plano de recuperação do Centro Histórico produzido por Viana Lima, plano esse abandonado até 1979.¹⁵

Por um tempo a ideia de preservação e refuncionalização do centro antigo de São Luís foi abandonada. Em 1979, Aloisio Magalhães, presidente do país na época, foi informado do projeto que estava sendo desenvolvido o qual se chamava “Renovação Urbana da Praia Grande”, este fato preocupou Aloísio Magalhães por suscitar a possibilidade de que o conjunto arquitetônico poderia ser demolido e substituído por edifícios modernos. Essa possibilidade ocasionou sua visita à cidade e após inúmeras reuniões - a fim de discutir as formas de intervenções nas edificações e os melhoramentos urbanos necessários para refuncionalização do centro antigo da cidade - com órgãos públicos e a participação da comunidade foi realizada em São Luís, com a promoção do Governo do Estado, em outubro de 1979 a Primeira Convenção da Praia Grande (PACHECO, 2014 p. 82 apud. ANDRÈS, 2012, p. 71).

Esse encontro resultou na criação de um Grupo de Trabalho e de uma Comissão de Coordenação que tinha a representação dos diversos setores de administração pública estadual, municipal e federal para a implantação de um programa de preservação e “revitalização” para o CH de São Luís, onde ficaram definidas 11 estratégias de políticas de preservação, finalizadas em 1982.

Entre estas, cabe ressaltar algumas que ao longo do processo não foram cumpridas, as quais, no decorrer do texto discutiremos a sua não conclusão, como:

[...] 1- Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do centro histórico;[...] 7 - Adequar as redes de utilidades, serviços públicos (água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte,

¹⁴ Pedro Santana do partido ARENA, foi eleito em 3 de outubro de 1970, como governador do Estado do Maranhão, e permaneceu no cargo até o fim de seu mandato em 1974. *Banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral*. Consultado em 01/01/2019.

¹⁵ As propostas de Viana de Lima não foram amplamente aplicadas. Conforme destacado por Luiz Felipe Andrès, a proposta apresentada para a área se mostrou frágil, por ter sido elaborada por um único autor, prevalecendo, assim, uma única perspectiva sobre as condições, aptidões e necessidades dessa área. Em seguida, por um tempo a ideia de preservação e “revitalização” do centro antigo de São Luís foi abandonada, tendo retornado em 1979, a partir da visita do arquiteto John Gisinger à cidade. (PACHECO, 2014, p. 82 apud ANDRÈS, 2012, p. 67)

saúde, segurança, praças e rede viária), de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando uma ocupação coerente e diversificada do centro histórico; [...] 9 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e “revitalização” do centro histórico; 10 - Garantir um processo permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís;

A partir da criação dessas políticas pelo governo estadual, foi implementado o “Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL” desenvolvido em seis etapas, sendo iniciado em 1979 e concluído em 2006 ano da execução da sexta etapa, posteriormente ficaria conhecido como Projeto Praia Grande - REVIVER.

A primeira etapa do PPRCHSL ocorreu entre 1979 e 1983, sendo as ações iniciadas no bairro da Praia Grande, o que mais tarde explica o Programa tenha ficado conhecido pela população em geral como ‘Projeto da Praia Grande’.

Com grande influência teórica do antigo “Projeto Pelourinho”¹⁶, o “Projeto Praia Grande” teria iniciado suas ações buscando promover a moradia e a participação social ampla incluindo os mais diversos sujeitos, sindicatos e grupos interessados no patrimônio que habitavam e ocupavam o território (CHAVES, 2012). Entretanto CHAVES (2012, p. 61), cita um depoimento de ANDRÈS que durante a convenção da Praia Grande, fica claro que o programa começa a tomar outros rumos:

Quando da 1ª Convenção da Praia Grande, houve a participação além de técnicos de todo o Brasil, inúmeros sindicatos e líderes comunitários participaram. Como figura comunitária de destaque, posso citar o senhor Venceslau Brás, presidente do sindicato dos feirantes da Praia Grande, líder ativo e participante, eleito de três em três anos numa época de ditadura em que não havia eleições, mas o sindicato dos feirantes fazia eleições regularmente nas quais ele era eleito sempre, devido sua participação atuante. Durante a convenção ele pediu a fala no meio da plenária e disse em alto e bom tom: - nós queremos que primeira obra de recuperação do Centro Histórico seja na Praia Grande, pois nós somos uma atração turística pelos produtos tradicionais que ofertamos e nós habitamos um prédio tradicional que é a Casa das Tulhas. Nós juntamos tudo o que é importante para o patrimônio, pois vamos formar uma atração turística para o Centro Histórico.

¹⁶ Em 1970 em Salvador – Bahia, foi implantado o “Projeto Pelourinho” em Salvador. Projeto este que fazia habitação para as pessoas do Centro Histórico, que tinha creches e participação da comunidade de forma ativa, além de projetos sociais, tendo como preocupação fazer a preservação por meio da “revitalização” do casario para as pessoas que lá moravam, mantendo-as em seu lugar de origem. (CHAVES,2012, p. 60). No entanto, criticado pelo fato de apesar de ser uma boa referência em termos de restauro, de recuperação da arquitetura colonial, do ponto de vista da sua refuncionalização é segregador, pois a população tradicional do Pelourinho foi expulsa, mudando completamente as características daquele lugar. (PAES, 2006, p. 55)

A partir de então, a proposta que em tese deveria ser de cunho social, de assistência aos moradores da área refuncionalizada, acabou ganhando contornos mais ligados ao mercado do turismo e à burocracia governamental do que necessariamente à função social prometida em suas diretrizes, aumentando enormemente o distanciamento de pessoas estabelecidas naquele espaço urbano em relação à gestão do patrimônio.

Esta é uma realidade nos centros urbanos históricos latino-americanos, como dito por PAES (2017, p. 678):

Nas cidades latino-americanas, a fragmentação do tecido urbano entre áreas ricas e pobres, entre as infraestruturas concentradas e as *áreas abandonadas pelos serviços públicos* e pelos interesses privados é muito mais visível na paisagem. A especulação de mercado, do solo urbano e os serviços públicos deficitários estão associados a formações socioespaciais (Santos, 1996) originadas na concentração de terras e não nos interesses sociais de uma política distributiva equitativa. As premissas das políticas de produção do espaço urbano são, em grande medida, corretivas e submissas às regras do mercado.

No espaço urbano os interesses do mercado sempre sobrepõe-se aos interesses sociais de igualdade a estruturação do espaço, além disso, a recuperação das antigas áreas centrais ou portuárias apoiou-se na maior parte dos casos na refuncionalização turística, elitizando tais áreas em detrimento dos seus moradores pobres e de políticas habitacionais (PAES, 2017).

A partir da terceira etapa do projeto, datado de 1987 a 1991, passara a ser reconhecido como Projeto Praia Grande – Reviver. As intervenções se concentraram no bairro da Praia Grande e foram essenciais para a construção de um cenário patrimonializado ligado aos setores do turismo, lazer e entretenimento. 107 mil m² da área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional) abrangendo 15 quadras e 200 edificações foram contemplados com refuncionalização de seus espaços. Entretanto nenhum destes voltados para a regularização e refuncionalização das habitações e ocupações da população que vivia ali.

Alguns escritos citam que houve por partes dos representantes do planejamento do programa várias tentativas de um projeto construído junto à comunidade¹⁷ para que

¹⁷ Ver CHAVES, 2012.

esta expressasse suas demandas, mas que nas reuniões propostas não houve comparecimento das representações, entretanto, em entrevista a campo com uma das representantes da união de moradores que mora no Centro Histórico há mais de 30 anos (segundo fala da mesma) ao ser questionada se houve interesse das entidades representantes do projeto em chamar a comunidade para participar da construção e processo do projeto esse fato é contraposto, como citado no trecho abaixo:

[...] então, assim eu me queixo muito de quando houve essa mudança de... pra Centro Histórico Patrimônio da Humanidade, ninguém pensou no patrimônio humano vivo que estava aqui, não foi pensado. Tanto que, assim, ninguém, nenhuma família, eu tenho certeza, que nenhuma família foi convidada a pelo menos discutir o que achava que tinha que... pelo menos pra aplaudir, dizer “olha já tá feito, já tá feito, mas as pessoas que moram aqui, elas têm prioridade.” E não foi feito isso, nunca consultaram isso. [...]

Durante o processo, nessa e nas etapas seguintes, muito foi-se investido, cerca de mais de R\$ 165 milhões¹⁸ em obras que atribuíram novos usos a inúmeras edificações públicas recuperando também os imóveis ocupados pelas repartições públicas estaduais. E projetos como o “Projeto Piloto de Habitação”, o “Programa de Desenvolvimento do turismo no Nordeste / PROJETUR” dentre outros que geraram uma expectativa favorável à volta da população que possuía capital e havia se afastado do centro, já que houve novas condições de segurança e higiene dos espaços (ANDRÈS, 2006).

Mais uma vez a comunidade local de baixa renda não é contemplada pelas ações do programa, como cita o próprio ANDRÈS,2006:

Outra deficiência da busca de cumprir as políticas foi mais uma vez dos projetos de habitação. [...] nenhum apartamento foi construído para atender ao propósito de assegurar a manutenção do uso residencial na área. Pp.147.

O que fica evidenciado em um outro trecho da fala da moradora apresentado abaixo:

[...] O Centro Histórico é uma porta aberta pra um monte de coisa. Porque quando a gente ganhou o “patrimônio”, o título, a gente ganhou muitas outras coisas, a gente ganhou título, mas a gente ganhou também muitas coisas que não eram, que não são boas pra nós, né?! A gente ganhou, é... uma enxurrada de gente que quis se apropriar das coisas, a gente ganhou um outro comércio diferenciado que não era nosso, a gente viu muita gente ir embora porque os casarões começaram a desabar e as pessoas tiveram que mudar... então, assim eu me queixo muito de quando houve essa mudança de... pra Centro Histórico Patrimônio da Humanidade, ninguém pensou no patrimônio humano vivo que estava aqui, não foi pensado.

¹⁸ Ver ANDRÈS, 2006.

Há o entendimento de que muito foi-se investido no território, mas ficou claro à comunidade a quem esses investimentos serviram. O processo de reestruturação do Centro Histórico através do planejamento urbano se consolida então como voltado para o turismo e consumo. Essa segunda fala da moradora também nos faz refletir sobre a refuncionalização que esses espaços adquirem, dentro de um Estado do urbanismo progressista, de uma política liberal usa a renovação da paisagem urbana como cortina para um processo de segregação sócio-espacial (VAINER, 2000, p. 82)

Outro morador e comerciante quem também vive há mais de 30 anos no CH, em seu relato conta que o projeto não só não contemplou os moradores como a muitos, os expulsou-os direta ou indiretamente dos territórios onde moravam, como citado no trecho a seguir:

Morador II: Lá, eu vendia frutas [...] meu comercio era bem conhecido, vivi bons anos lá, aquela rua era cheia de secretarias. Tinha um banco do Brasil, um do Nordeste, tinha um Pensionato, [...] eu vivia bem lá, vendia bem. Quando veio o programa do Governo e a CAIXA começou a fazer as transformações, eles tiraram todo mundo de lá e eu tive que vir pra cá.

O morador residia no bairro da praia grande (hoje, reside em um dos casarões do Bairro do desterro), em um dos prédios coloniais que seguiam o modelo de residência no andar de cima e comércio no térreo, a rua em que residia é onde hoje encontra-se a escola de música Convento das Mercês, território contemplado pelas obras de refuncionalização e novos usos dados aos prédios, o próprio convento das Mercês foi um dos prédios que passaram por reforma em uma das etapas do Programa.

Podemos ver que ainda que o processo de gentrificação de atividades e serviços contempla contraditoriamente efeitos de logica positiva/negativa, pois ao mesmo tempo que fornece espaço de acessos aos corredores culturais e de comércio, contribui com a ratificação de diversas tensões sociais. Pois a medida em que se investe no espaço como atrativo os preços do solo sobem e surge a pressão para transformar as áreas residenciais de população de baixa renda em zonas de comercio e serviço, e a medida em que a proporção de emprego de qualificação cresce em detrimento do emprego de baixa qualificação o número de famílias de classe média e alta estará pronta para investir e renovar as velhas casas do território, como já exemplificado.

PAES (2017, p. 1667-1684), diz:

Retomemos, então, aos Centros Históricos refuncionalizados. A opção dada pela dinamização da atividade turística e pela revalorização do patrimônio histórico edificado, é uma alternativa da economia urbana contemporânea para a reincorporação de áreas degradadas. Mas essa pode ser uma opção efêmera, já que inúmeros projetos de refuncionalização têm padronizado a oferta de conjuntos paisagísticos restaurados, assim como dos serviços da indústria cultural, perdendo, no valor de mercado, o seu atributo original - a peculiaridade da paisagem, do lugar, da cultura, do ambiente -, ou seja, o diferencial que pode servir como atrativo turístico. Além disso, esses projetos têm deixado de fora os pobres - esse problema urbano que foi realçado pela assepsia social dessas áreas renovadas e pelos outros, como coloca Hall(2002:427), "a ralé urbana, que lá está, massa mal-humorada e inamistosa, à espera do lado de fora dos portões".

Sobretudo nos países pobres, a pobreza é muito visível nas paisagens das áreas centrais (REIS FILHO, 2001: 143). Como esconder essa pobreza que incomoda, já que não conseguimos acabar com ela? Melhor envia-la para os seus redutos, para que esta população fique "prisioneira dos seus próprios bairros", enquanto o centro pode se iluminar em um espetáculo digno do olhar internacional.

Os habitantes, pequenos comerciantes que estão adaptados há uma antiga forma de viver o cotidiano naquele espaço, quando percebem sua vizinhança se transformando drasticamente e seus vizinhos sendo expulsos ou saindo, quando as lojas estão sendo fechadas e o ambiente está sendo transformado para atender um novo público e estes estão tomando seus lugares, tornando o território cada vez menos habitável, a pressão para o desalojamento já é severa, e é somente uma questão de tempo para que ele se concretize (FURTADO, 2014).

Concluimos até aqui, que o processo de gentrificação resulta de alguma forma na expulsão ou desalojamento da classe baixa e isso é um indicativo da fraca posição dessa camada social no mercado. Se em um momento da história elas se concentraram no CH, sendo este localizado no território central como espaço estratégico, mas que por um tempo permaneceu desvalorizada, e o habitavam em razão do seu pequeno poder de compra, estão agora diante desse novo processo de revalorização sendo novamente desalojadas pela mesma razão de seu poder aquisitivo. Como bem observou Ley:

[...] O mercado que prejudicou os mais desprovidos pela falta de investimentos nas áreas centrais das cidades industriais está penalizando o mesmo grupo, no presente, através de investimentos em excesso (1981, p. 144).

3.1.2. Projeto Nosso Centro

Após anos da finalização do Projeto Praia Grande – Reviver, o CH passou um tempo sem grandes programas de refuncionalização ou reestruturação por gerência do Estado, entretanto as dinâmicas de seu espaço continuaram se modificando, novos prédios foram reformados por grandes empresários para novos usos, voltados para

produção do capital, com negócios atrativos que de certa forma não representavam a realidade da funcionalização no centro histórico da última década.

Esse espaço passou a ser até então ocupado/usado por parcelas da sociedade para quem os espaços urbanos não eram construídos como os jovens periféricos, a comunidade LGBTQ+, os artistas de rua e etc., os quais deram novos sentidos e usos para o território, atribuindo-lhe novos.

Por ter sido apropriado por esses grupos, para a comunidade de classe média ou alta o espaço do CH não era mais um referencial atrativo da cidade, para estes o território usado, tomado aqui como “lugar”¹⁹ se tornou o habitat da morbidade social e do crime, do perigo e da desordem²⁰, como nos anos 50 e 60 em que por muitos teóricos e para a população as áreas centrais das cidades urbanas, eram vistas.

Nos últimos anos novos investimentos do grande empresariado no comércio, começaram então a aparecer novamente no CH, como o Restaurante Flor de Vinagreira e eventos como a Feirinha na praça Benedito Leite, BR135, Feira do Livro, atraindo novamente as classes média e alta a frequentar o território, começaram então a frequentar em massa o espaço que antes não frequentavam. Segundo fala de um dos grandes empreendedores do comércio no território, outros grandes empreendimentos estão em andamento para funcionarem lá:

O Sindbares²¹, eles tão vindo agora investindo com o Vila Reviver junto com a ABRASEL²² que também uma grande instituição de uniões de restaurantes

¹⁹ O Lugar é indubitavelmente um resultado da experiência humana. Sua existência seria explicada pela maneira como as pessoas o percebem e lhe dão significado, que por sua vez é construído e apreendido nas relações cotidianas. Para BUTTIMER (1985 apud LEITE,1998, p.10), o “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Neste sentido, o lugar é caracterizado como um “mundo de significado organizado” (TUAN, 2013, p. 198). É nele que deve existir uma sensação de familiaridade entre os indivíduos e de enraizamento para com o ambiente circundante, disso decorre sua forte carga subjetiva (DOS SANTOS, 2017).

²⁰ [...] De fato, estes eram medos manifestados, durante os anos 50 e 60, por muitos teóricos urbanos que punham em evidência a “influência maléfica” e a “decadência” urbana, “o mal-estar social” na área central, a “patologia” da vida urbana; em resumo, a “cidade infernal” (Banfield, 1968). A cidade se torna um lugar selvagem, ou pior, uma selva (Long,1971; Sternlieb,1971; ver também Castells, 1976^a). Mais ainda do que nos noticiários e na teoria social, este tema é recorrente em produções hollywoodianas do gênero “sela urbana”, desde *Amor, sublime Amor e king kong* até *Warriors – os selvagens da noite*. SMITH, N – Espaço e Tempo – São Paulo, N° 21, pp16, 2007.

²¹ Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Espírito Santo. O Sindbares, no Maranhão, foi criado em 1991 e a Abrasel do Espírito Santo surgiu em 1999, reforçando o alcance da representatividade patronal do segmento, que hoje é formado no Estado por cerca de 18 mil estabelecimentos, gerando aproximadamente 80 mil empregos. (SINDBARES, 2019).

que acontece em todo o Brasil, eles estão se unindo pra trazer o Vila Reviver que é um Vila Food [...]. É um projeto inovador nos centros de todo Brasil, inclusive ele está sendo apresentado pra outros centros de outras cidades que tem centro histórico. Sendo vendido como projeto mesmo e sendo aceito.

Gentrificar é isso: mudar uma classe social que existia no bairro, normalmente para uma classe mais alta, isso pode acontecer de maneira mais lenta ou mais rápida. A presença dessas classes corrobora na mudança do perfil daquele bairro, daquele território, os mercadinhos locais, os pequenos bares e quitandas, começam a dar lugar a grandes empreendimentos, como o citado acima pelo empresário, ou até mesmo pequenos empreendimentos com viés de oferta de mercadoria diferenciada (com produtos que costumam ser consumidos por indivíduos elitizados, como por exemplo, lojas veganas, cafés, docerias gourmet, etc.), começam a surgir no território, os serviços começam a ficar mais caros. Tudo isso acaba produzindo uma distância entre aquilo que se consegue consumir uma população de classe baixa e uma classe média e alta.

Os lugares então se transformam de espaço de uso para espaço de consumo, como dito por CALOS, A. F. A. 2007, p. 14:

[...] deste modo, os lugares da metrópole redefinidos por estratégias imobiliárias submetidas à mediação do mercado, transformam o espaço em mercadoria. Como o uso tem um caráter local, ele contempla os trajetos e percursos que o cidadão realiza cotidianamente como condição de realização de sua vida enquanto manifestação dos atos banais [...], mas estes lugares são constantemente redefinidos pela metamorfose da morfologia urbana, seja através de políticas urbanas, seja através de estratégias imobiliárias que condiciona o uso do espaço da cidade à sua condição de mercadoria [...]. Isto significa que existe uma tendência à diminuição dos espaços na cidade aonde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um “direito de uso temporário”. Assim, cada vez mais os usos dos lugares da cidade estão submetidos à lógica do valor de troca e o lazer e o flânar; o corpo e os passos são restritos a lugares normatizados, privatizados, vigiados [...]. Esse fato é consequência da vitória do valor de troca sobre o valor de uso”, constatado por Lefebvre em muitos de seus livros, isto é o espaço se reproduz no mundo moderno alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria, o que limita seu uso às formas de apropriação privada.

Não só no quesito econômico como também a questão da identidade começa a mudar, os indivíduos que antes habitavam ou faziam uso desse espaço começam a não se identificar com os novos empreendimentos e atrações, então começam a ser mesmo que indiretamente expulsos, pois ao apropriar-se de um espaço qualquer os grupos sociais desenvolvem características comuns construindo no seu cotidiano relações

²² Associação de Bares e Restaurantes. Atua, desde 1986 (Abrasel, 2016).

afetivas com seu território, que por sua vez é transformado de acordo com as vontades e anseios do próprio grupo (DOS SANTOS, 2017, p. 191).

Essa mudança fica evidente em um trecho da fala de um dos grandes empresários que possui negócio no território, em uma entrevista a campo para a produção desse trabalho. Trecho a seguir:

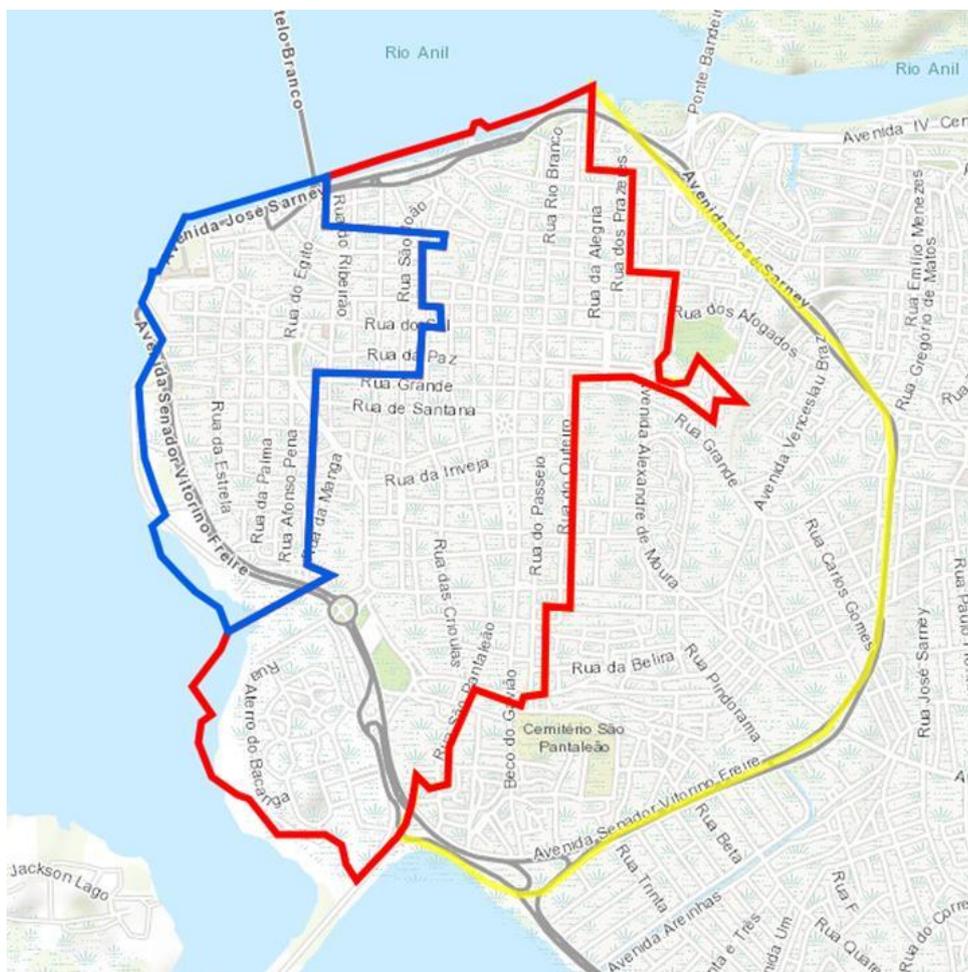
Empresário: Acham que a gente está elitizando, ou até usam uma palavra que eu não gosto, dizem que a gente tá higienizando o centro. Mas eu não considero uma higienização, acaba que como eu falo, as pessoas vão pra cá porque elas se sentem à vontade, então a partir do momento que começa a aumentar um pouco de famílias, aquele grupo que vinha pra cá porque se achava o ambiente mais escondido, porque se sentia mais íntimo dele eles vão se retirando, mas não porque não pode, porque aqui é público [...], muitas tribos que vinham com mais frequência não vem mais tanto, por não se sentirem mais tão confortáveis, mas não que tenha sido proibido.

Podemos então dizer que qualquer intervenção de um determinado ponto no espaço provoca transformações em todo o espaço e conseqüentemente em todas as localizações nele contidas. A presença de novos empreendimentos, ainda que privados, voltado para uma clientela de classe mais alta, altera a dinâmica do fluxo de pessoas que transitam aquele território, ao passo que a classe média/alta começa a frequentar o espaço, a qualidade dos serviços tende a ficar mais cara, o comércio tende a mudar para atender a esse público, e o antigo público de baixa renda além de não ter o poder aquisitivo para acompanhar essa mudança, não se identifica mais com o espaço, logo, é mesmo que indiretamente, expulso para dar lugar a esse novo público.

Fica evidente que mesmo que os agentes transformadores como os representantes do mercado não ache que incida sobre seu negócio a responsabilidade pelo processo de expulsão dos antigos usuários e a higienização do espaço, há aí a representação concreta do que é a gentrificação que se configura hoje, como um modelo de urbanismo que legitima a expulsão da população de baixa renda de seus locais uso, de moradia, trabalho e identidade, como um padrão de segregação sócio-espacial elitista que resulta na “creación de espacios aburguesados homogéneos e higienizados, carentes de diversidad” (Alexandri; González; Hodkinson, 2016, p. 25 apud. PAES, 2017, p. 679).

No ano de 2019, durante o atual Governo Estadual²³, um novo programa foi lançado para o território, o programa “Nosso Centro”. Que terá como área de intervenção (Mapa 3) a área de tombamento federal (em azul), de tombamento estadual (em vermelho) e a zona central (em amarelo).

Mapa III - Área de Intervenção do programa Nosso Centro



Fonte: SECIDE, Governo do Estado do Maranhão, 2019.

²³ Filiado ao Partido Comunista do Brasil - PCdoB, Flávio Dino de Castro e Costa, advogado e professor de Direito da Universidade Federal do Maranhão - UFMA desde 1993, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE é o atual Governador do Estado do Maranhão, eleito com 63,52% dos votos no ano de 2014 e reeleito no ano de 2018. Tem como Vice-governador em sua gestão Carlos Orleans Brandão Junior, do Partido Republicano Brasileiro-PRB (Governo do Estado do Maranhão, 2019).

Diferente dos projetos anteriores do Reviver²⁴ e PAC das Cidades Históricas²⁵ os quais visavam um resgate histórico arquitetônico, este tem seu objetivo central a produção e reprodução de um espaço voltado para a produção econômica de mercado, em um território de significado histórico e referência turística principal na cidade. As intervenções públicas nesse contexto têm sido de grande valor aos grupos específicos que possuem capital para investir no espaço urbano, geralmente a parcela da sociedade de maior renda (BELL & JAYNE, 2004), ao passo em que a parcela da população de baixa renda sofre um processo de afastamento desses espaços do centro urbano, migrando para as regiões periféricas (ROLNIK, 1995).

Essas transformações, para uso do capital promovidas pelo Estado, para a iniciativa privada, são normalmente precedidas tanto pela demolição de velhos prédios, quanto pela expulsão de seus ocupantes de baixa renda para os subsídios. Assim, se de um lado o processo tem sido alardeado como o “salvador” das áreas centrais “decadentes”, (FURTADO, 2014), de outro ele tem sido revelado como um processo de mercantilização da cultura que adquire um papel progressivo na concepção dos produtos capitalista (SCOTT e LERICHE, 2005), transformando-o também em um agente de desalojamento das classes trabalhadoras.

O Programa na teoria é um programa que buscará “tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo em que promove o Centro da cidade como um

²⁴ Durante o período de retomada das obras urbanísticas (1987, ano no qual o maranhense José Sarney ocupava a presidência da república), o Estado era governado por Epiácio Cafeteira Afonso Pereira, que atrelou a marca de seu governo a esse novo momento de investimentos, ao modificar o nome do Projeto de “Revitalização” e Preservação do Centro Histórico. As intervenções urbanísticas efetuadas passaram a ter como epíteto o nome de Projeto Reviver. As obras dessa etapa também se concentraram na Praia Grande, mas houve ações fora do perímetro de tombamento federal, mas que estavam protegidas pelo tombamento estadual feito em 1986. Entre 1987 e 1988, o projeto ainda tinha o nome de PPRCH, em 1989 o mesmo passou a se denominar de Projeto Reviver. Silva, J. 2009.

²⁵ No ano em que completou 401 anos, a cidade de São Luís, foi uma das contempladas pelo Projeto PAC das Cidades Históricas (FAPEMA, 2013). Iniciado em 2007, O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas (IPHAN, 2014).

espaço democrático.” (SECIDE, 2019), seu projeto visa reduzir o que eles têm chamado de “vazios urbanos”²⁶, com a captação de investimento de diversos setores, parceria com iniciativa privada, sociedade civil e com órgãos públicos, federais e municipais.

Entretanto vivemos em uma sociedade que tem a concepção de Estado como forma superestrutural, que possui sua base num modo particular de produção - nesse caso o capitalismo (HARVEY, 2005, p.91) e é fácil perceber que a forma de atuação do estado está aparelhada para satisfazer as exigências formais do modo capitalista de produção e que as representações políticas geralmente têm sido por indivíduos que fazem parte da classe dominante, como cita ENGELS, 1941, p 157 (apud. HARVEY, 2005. p.80):

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle[...], é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas.

É nesse contexto que se dá o novo programa do Governo do Estado, o projeto Nosso Centro - criado pelo Governo do Maranhão por meio da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano em 2019 - que diferente, em partes, dos projetos de reestruturação anteriores visa não só a o resgate do conjunto arquitetônico, mas principalmente promover um maior fluxo econômico de inserção de capital privado, transformando o espaço em um espaço de consumo, entretanto, estratificado em torno de ambientes e nichos culturais voltados para modos de vida das classes burguesas as quais se apropriam gradativamente dos espaços em questão (BELL e JAYNE, 2004), ocasionando um conflito de luta pelo espaço urbano. Pois todo esse processo de reestruturação do espaço urbano para atender à parte da sociedade ludovicense, passa por um recorte de classe, raça e faixa etária e a segregação torna-se visível na desigualdade de tratamento por parte das administrações locais.

²⁶ Vazios urbanos caracterizam-se enquanto áreas inutilizadas ou subutilizadas no pleno em suas possibilidades ou em desuso, em termos genéricos. Estes espaços presentes na malha urbana são consequências dos inúmeros processos históricos, políticos, econômicos e geográficos de determinado local, sendo passíveis de análise a partir destes âmbitos, uma vez que a utilização destes espaços pode vir a representar novas vias de acesso a comunidade carente a locais salubres de moradia, áreas de lazer, infraestruturas públicas, sejam parques, praças, escolas ou postos de saúde. (FREITAS, M. R. P.; NEGRÃO, G. N. 2014)

Essa realidade no tratamento fica bem evidente em fatos ocorridos nos últimos meses, relatado por frequentadores e pequenos comerciantes do território, relatos esses recolhidos em campo, um destes descrito no trecho a seguir:

²⁷Frequentador: Aqui tem acontecido várias coisas expulsando a gente daqui, Outro dia depois da feirinha, a gente foi pra escadaria como tem acontecido geralmente, o povo sai de lá mas quer continuar curtindo, então vai todo mundo pra escadaria, aí chegou a polícia e do nada começou a jogar spray de pimenta em todo mundo! Nem estava tendo confusão, eles simplesmente decidiram fazer isso pra dispersar a multidão. Teve outra vez que tava tendo batalha de Rap na praça e a polícia chegou de forma bem arbitrária expulsando todo mundo dizendo que não podia ter a batalha ali mais, sendo que faz anos que a batalha acontece ali na Nauro. Eles não querem mais que a gente venha pra cá. Querem só os ricos e os turistas, isso é triste, porque a gente habita o centro há anos e agora eles acham que podem nos expulsar.

Este é um dado interessante porque observa-se grande aparato policial que têm agido de forma truculenta em muitas de suas atuações, neste território, localizado quase que permanentemente na Rua da Estrela. Para os membros da classe dominante a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem, por isso deve ser minimamente evitado (ROLNIK, 1995).

O processo de gentrificação é um processo higienizador e pode não ser diretamente causado pelas políticas do Estado, nenhum governo irá promover um programa no qual falará abertamente “Esse é um programa de gentrificação desse espaço”, entretanto algumas ações públicas podem ser disfarçadas de programas de refuncionalização urbana, mas possuir uma agenda gentrificadora.

Portanto, para atender à essas demandas desse processo de reestruturação voltado para a produção de novos locais de consumo (SCOTT e LERICHE,2005), em uma parceria público-privada a ação dos programas na área central da cidade, de forma a mudar sua configuração espacial e melhorar a qualidade dos prédios e serviços públicos e privados, estará voltada para atender às demandas de uma nova e mais rica população. Como exemplo desse processo de reestruturação gentrificadora (SMITH, N. 2007),

Além da questão segregacionista desses espaços, esse processo voltado para produção capitalista de mercantilização (SMITH, N. 2007), o processo de reprodução

²⁷ Trecho transcrito de um diálogo entre o autor e um frequentador do Centro Histórico realizada no dia 25/12/2019

do espaço metropolitano, tem uma tendência a destruir os referenciais urbanos, isto porque busca o novo – como imagem do progresso e do moderno transforma a cidade, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que acaba por produzir uma paisagem em constante transformações as quais não acontecem sem que haja traumas sociais, como citado por CARLOS, A. F.A. (2007, p.14):

Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas por relações conflituosas que geram contraditoriamente, estranhamento e identidade enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem, se esfumam no processo da construção incessante de novas formas urbanas. A destruição dos referenciais urbanos fica visível no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade - referenciados aqui pelo patrimônio tombado- não só estranhamento porque as formas mudam rapidamente, mas também, porque estas produzem as possibilidade que atestam o empobrecimento das relações sociais de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e a segregação do espaços.

Essa destruição dos referenciais históricos pode ser percebida em um dos projetos do Programa Nosso Centro. Tal programa, por meio da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano tem como uma das propostas o projeto “Adote um Casarão”. No qual propõe destinar inicialmente 10 imóveis do patrimônio estadual para o capital privado (quadro I), interessadas em recuperar e utilizar gratuitamente esses casarões. Propõe às empresas privadas a oportunidade de fazer reformas dos casarões e ocupá-los por 30 anos de forma gratuita, isentos de taxas para instalar projetos e atividades econômicas. Promovendo assim, um maior fluxo econômico de inserção de capital privado reorganizando o espaço para atender às necessidades dos processos de produção e consumo (FURTADO,2014, p. 353.) existente e mudando sua configuração espacial voltando-a para atender às demandas de uma nova e mais rica população.

Quadro 1 – Lista de Imóveis contemplados no Projeto Adote Um Casarão

Imóvel I	Rua Portugal; Nº 155
Imóvel II	Rua Portugal, nº218
Imóvel III	Rua Portugal, nº 243
Imóvel IV	Rua da Estrela, nº 163
Imóvel V	Rua do Giz, nº 139

Imóvel VI	Rua da Palma, nº247
Imóvel VII	Rua da Palma, nº 305
Imóvel VIII	Rua da Palma, nº322
Imóvel IX	Rua do Ribeirão, nº 140
Imóvel X	Praça João Lisboa, nº328

Fonte: SECID, Governo do Estado do Maranhão, 2019

Para ocupar os casarões o Governo do Estado oferecerá diversos benefícios para as empresas interessadas em integrar o Adote Um Casarão. Entre as quais créditos ICMS até o valor máximo da reforma ou inversamente proporcional ao tempo de concessão pleiteado e também a remissão de débitos administrativos com o Estado (SECID, 2019). Esta reorganização espacial, introduzida pela necessidade da segregação na cidade tem uma base econômica e uma base política para sustentá-la. Do ponto de vista econômico ela está diretamente relacionada à mercantilização ou monetarização dos bens necessários para a produção da vida cotidiana (ROLNIK,1995).

O projeto descrito tem o intuito também de aumentar a atividade turística no território atuando como local de atração aos visitantes de classes mais elevadas (FURTADO,2014). Essa clientela em questão tende a frequentar os novos bares em detrimento dos antigos comércios de caráter popular. Essas dinâmicas contribuem para a exclusão das categorias socioeconômicas que se apropriavam do espaço anteriormente. Com fomento do Governo essas transformações não surgem sem traumas sociais nesse contexto traçam-se tensões sociais que emergem entre os novos comerciantes e aqueles implantados anteriormente.

Dessa maneira, as atividades comerciais que não se adaptam ao novo mercado ao qual são inscritas involuntariamente, não conseguem se manter no território. Essa realidade é presenciada no CH com o fechamento e restrições há vários bares e restaurantes pequenos por ações do Governo, que deveria servir de mediador como relatado por um comerciante proprietário de um pequeno bar no território:

²⁸Comerciante: Agora aqui tudo eles tão botando restrição, o Ponto G lá em cima, antes de ser fechado, não podia colocar as mesas na escadaria porquê o

²⁸ Trecho transcrito de uma conversa informal com um comerciante que pediu que sua identidade fosse preservada. No dia 27/12/2019

governo disse que era local de passagem dos pedestres e não podia botar pra não atrapalhar, mas o Flor de Vinagreira ali em baixo pôde colocar jardineiras na calçada e várias mesas, privatizando a área da calçada, pra eles o governo liberou.

Uma moradora²⁹ do centro e frequentadora dos bares também nos relatou o seguinte:

Moradora: eu fui procurar um bar pra beber e soube agora que aos domingos, o Senzala e a Tia Dica não podem mais ficar aberto a noite, por designação do Governo. Eles disseram que era porque tava rolando briga, mas eu moro no centro e frequento esses bares há anos e nunca vi briga acontecendo ali. Mas o restaurante mais abaixo (O flor de Vinagreira) que também vende chopp, tava aberto. Mas a bebida lá é muito cara. Eu fiquei bem chateada, porque esses bares fazem parte da História do centro Histórico, e eles precisam funcionar pra se manter. Quando esse assunto sobre vir novos empreendimentos pra cá começou, eu achei legal, porquê poderia ser um espaço pra todos, mas agora eu to vendo que é um processo realmente higienizador, eles não querem mais a gente pobre frequentando lá, e pelo visto querem acabar com os lugares onde ainda é possível que a gente que tem pouco dinheiro, possa ir pra se divertir.

Percebe-se então, que o “um espaço mais democrático” sugerido como proposta do programa “Nosso Centro”, não está acontecendo democraticamente e é aí que se percebe quando um programa de “revitalização” passa a ser um processo gentrificador, pois deixa de ser voltado para demandas sociais de quem já habitava o território, para ser voltada às demandas do mercado, o que revela a implicação progressiva dos atores políticos em consonância com a difusão da gentrificação (CERQUEIRA 2014, p. 430).

Outro projeto do Programa Nosso Centro que precisa ser criticado e fomenta a discussão sobre o processo de gentrificação é o programa Habitar no Centro. É por meio do Habitar no Centro que o Governo do Maranhão quer criar condições que resultem na requalificação de imóveis ociosos e degradados, para uso habitacional. “A estratégia é unir esforços, parcerias e implementar políticas públicas para apoiar e manter e, sobretudo, criar atrativos que visem o resgate da dinâmica econômica e cultural do local” (SECID, 2019).

Dentro da proposta, o Governo pretende destinar aos funcionários públicos, nove dos onze imóveis e os dois restantes sem especificação a que parte da população irá atender (SECID, 2019). Observa-se que nenhum desses imóveis foi destinado de forma clara para regularização de habitação da população que ocupa alguns desses imóveis,

²⁹ Trecho transcrito de uma conversa informal com a moradora Juliana Ribeiro, que reside no Centro no dia 30/12/2019.

inclusive já haviam sido pleiteados pela Associação de Moradores da Praia Grande, Desterro e Portinho.

Entretanto o projeto que deveria ajudar a manter os moradores locais morando no território, começa já a mostrar problemáticas. Em entrevista com a representante da união dos moradores³⁰ ela cita:

A gente aqui que ajudou a fazer a história. Fazer digo, assim, que estava aqui, que continua, que vive aqui e não foram beneficiadas com nada. E, hoje é a nossa grande briga, porque a gente tá vendo é... que assim: “olha tamo mudando a cara do centro Histórico” beleza! O Adote um casarão, aí se tu fores lá, no Adote um Casarão, tu vai entender que não tem nenhum adote um casarão pra habitação, porquê habitação no centro histórico não traz retorno pra ninguém, tu só vai falar de social e falar de social é só falar boca a boca, mas ação, aquilo que é o que o social faz, a gente não tem. Então assim, não é bom pro governo porque não traz pra eles nada de retorno, porque eu vou pegar 15 famílias que não tem emprego que eu ainda vou ser obrigado a sustentar algumas coisas tipo água, tipo luz... até um tempo, até eles se adequarem lá, pra eu poder garantir um social, então isso não é bom pra nenhum governo, que dizer, seria bom se os governos tivesse algum pensamento que né, se eles pensassem que o pobre, que eles colocam em uma casa num apartamento, vai votar pra ele em uma próxima eleição.

Fica evidente na fala que o Governo apesar de ter um projeto voltado pra habitação (Projeto Habitar no Centro, que será discutido mais a frente), não pretende inserir os moradores de baixa renda. Há dificuldade em se discutir sobre habitação com os moradores da comunidade, não se discute regularização, nem habitação quando no entanto há inúmeras famílias morando em ocupações que precisariam ser contempladas pelo projeto.

Um medo recorrente na fala da representante da união dos moradores é que aconteça assim como aconteceu no primeiro plano piloto de habitação no centro, ocorrido em uma das etapas do Projeto Reviver, que pessoas que não precisam sejam contempladas enquanto pessoas que moram há anos no Centro e necessitam ser contempladas, fiquem sem habitação:

[...] quem conhece a história do nosso bairro somos nós, então não adianta vir um técnico de Brasília e de São Paulo que não mora aqui que não vive aqui. Então, por isso que lá na Humberto de Campos aconteceu que quem tinha gente que tinha apartamento ganhou mais um, tinha gente que tinha casa ganhou mais um, em compensação a gente conhece pessoas lá que ganharam o apartamento e até hoje tá fechado, e já vai fazer seis anos. [...] é

³⁰ Trecho retirado da transcrição da entrevista realizada com a Dona Maria de Jesus, representante da União dos Moradores dos bairros Desterro, Portinho e Praia grande, realizada no dia 27 de Novembro de 2019.

sacanagem! Até de quem... porque aí a União foi, foi e aí nesse finalzinho de processo eles tiraram a gente e agente ta brigando agora e a gente não sai.

Podemos concluir que apesar de se apresentar como um projeto salvador dos prédios deteriorados para transforma-los em habitação, é um processo primário de gentrificação relacionado a processos de (re)desenvolvimento urbano com a intenção de erradicar habitações de baixo custo para transformar o valor do uso do solo e assim ajudar na mudança do status econômico do território pois o mercado, com auxílio do Governo, é quem passa a regular o valor do uso, tipos de uso e quais os agentes usarão esse espaço. Como citado por FURTADO(2014. p.348):

A regulação da produção é assim conseguida, em uma primeira instância, pelo mercado e, em uma segunda instância, pela consciente e planejada intervenção do estado, guiado pelos sinais emitidos pela economia de mercado [...]

É a possibilidade de reinserção de qualquer área urbana, com características funcionais e espaciais específicas, no processo de produção e consumo, que a torna de interesse para alguns setores da economia. No entanto, essa possibilidade torna-se efetiva somente quando as condições necessárias para a performance de certas funções novas são estabelecidas, através de investimentos privados ou sociais. A incorporação de uma área urbana (ou sua reincorporação com um novo status) é usualmente feita através de alguma forma de intervenção planejada com o propósito de superar barreiras que possam inibir sua utilização lucrativa.

Seguindo essa lógica a manutenção das situações como irregulares permite uma estrutura urbana mais flexível para o futuro, facilitando quando necessário a erradicação dos moradores, tão logo setores mais ricos da sociedade, em especial aqueles diretamente ligados à produção imobiliária se interessem por aquela localização para futuros lucros ou uso imediato (FURTADO, 2014).

Essa realidade pôde ser presenciada em um dos prédios que será contemplado com o projeto, localizado na Magalhães de Almeida (ANEXO I), prédio ocupado por mais de 20 famílias que passará por uma reforma que a priori seria para que essas mesmas famílias pudessem habitar de forma mais digna em um ambiente salubre, entretanto, em noticiário no portal da SECID, foi noticiado que mais da metade das famílias decidiram aceitar do governo moradias do programa que foram construídas em uma região periférica da cidade, longe do Centro, sendo assim inseridos em uma nova realidade e um ambiente totalmente diferente ao qual habitavam. Seria ingenuidade não pensar que essas famílias foram indiretamente expulsas para que esse prédio venha a

servir de moradia para os indivíduos de uma classe mais alta, como acontece nos processos de gentrificação já discutidos anteriormente.

Nesse sentido podemos observar que o governo pode ser sim um agente gentrificador através de seus programas e as políticas governamentais podem contribuir nesse processo. Elas contribuem com a fundamentação de paisagens urbanas que são idealmente consumidas pelas classes superiores (SMITH, 2003.) e as renovações catalisadas pelo poder público tendem não só dificultar o acesso das classes populares à habitação, mas ao uso do espaço, descaracterizando as representações simbólicas desenvolvidas por essas últimas no espaço urbano (CERQUEIRA, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa podemos chegar à conclusão de que o processo de gentrificação deve ser analisado como um resultado de um permanente processo de reestruturação e (re)organização urbana que incide sobre as cidades capitalistas modernas necessário ao contínuo processo de acumulação de capital. Através desse processo áreas urbanas deterioradas que eram ocupadas pela população de baixa renda podem vir a ser ocupadas por outras camadas da sociedade de renda média e alta, não somente para habitação, mas para instalação e uso diversos como turismo, lazer e comércio em detrimento da expulsão dessa antiga população que habitava esses espaços.

Apesar de haver a discussão em que a gentrificação comercial encontra-se dissociada da residencial em lógicas e temporalidades distintas (FURTADO apud. Chabrol 2011), o cenário apresentado pôde nos mostrar que fenômenos distintos em determinados contextos articulam a gentrificação comercial à residencial que sobrepostas e em consonância tendem a produzir transformações no espaço, na população residente e àqueles que o utilizam.

A disputa por esses espaços revela uma grande competição no mercado, seja imobiliário, seja comercial, que recendem de uma interação conflituosa e complexa dos agentes sociais e forças políticas e econômicas que determinam diferentes tipos de segregação nos quais o Estado tem jogado um papel controverso na tentativa de resolver as situações de conflitos.

Percebemos que o processo de gentrificação no Centro Histórico de São Luís, não foi nem está sendo relacionado somente às desigualdades sociais e habitabilidade, mas essencialmente, como tentamos mostrar, está relacionado ao processo de produção e consumo e às respectivas transformações que este produz sobre o espaço e seus valores de uso.

Dentro desse contexto é importante ressaltar a peculiaridade dessa território como não sendo só um território especulativo, mas principalmente um território central de caráter histórico e a realidade de abandono de caráter público dos bens patrimoniais transformando-os em mercadoria é uma realidade de muitos centros históricos, que embora apareçam como iniciativa positiva através dos programas de refuncionalização, acabam por transformar muitos espaços tradicionais públicos em espaços coletivos

privados, acessíveis apenas a parte da população de poder aquisitivo restritos a determinados grupos sociais, como é o caso do Centro histórico de São Luís. Esses processos de funcionalização estão se dando pelo fato de a cidade ter acumulado, por causa de seu patrimônio e valor histórico, um capital cultural³¹ inclusive sobre a forma de patrimônio arquitetônico tombado. Por isso foi e está sendo objeto dos programas de revalorização que no entanto permanecem com programas restritos de atividades ligadas ao turismo, ao entretenimento, ao comércio, sem no fim atender as demandas sociais da população de classe trabalhadora e baixa renda que habita esses espaços.

Entendemos que os processos de gentrificação são consequências permanentes de uma produção do espaço que atendem aos ditames do capital, e que não se pode encará-lo como um processo natural de reorganização do espaço. Não estamos diante de apenas uma mudança formal da paisagem,

A ocupação desses centros urbanos não esconde os conflitos sociopolíticos que se instalam em seu processo pois a expulsão e remoção das classes de baixa renda, da classe operária, dos desempregados, os que moram em ocupações irregulares, os donos de pequenos comércios, os moradores de rua ou populações que não conseguem permanecer mais ali devido à especulação imobiliária ou aumento do custo de vida, de uso, de lazer continuam acontecendo, para dar lugar as classes médias e elites.

E o Estado, o Governo, que deveria ser mediador dessas desigualdades, promovendo políticas sociais para à promoção de um espaço democrático e de acesso a todas as classes sociais tem se mostrado na verdade instrumento do capital na promoção de políticas que trazem como consequência justamente a expulsão e desalojamento das classes populares desses espaços.

³¹ Modo de poder e acumulação baseados na cultura. - PAES. M. **Centros Históricos - Mercantilização e Territorialidades do Patrimônio Cultural Urbano.** *GEOgraphia* - Ano 7 – Nº 14 – 2006. P 53.

5. REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. (Coord.). **Centro Histórico de São Luís-MA. Patrimônio mundial**. São Paulo: Audichomo, 1998.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **São Luís – Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade**. São Luís: Foto Edgar Rocha, 2012.

BELL, D. e JAYNE, M. **CITY OF QUARTERS: urban villages in the contemporary city**, Aldershot, Ashgate. 2004.

BIDOU – ZACHARIASEN, C. **DE VOLTA À CIDADE: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **O Estado e o Patrimônio Cultural: políticas de elitização e popularização na área central de São Luís**. São Luís, v. 01, n. 01, p.01-10, ago. 2007.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís: Uema, 2008.

BURNETT, F. **SÃO LUÍS POR UM TRIZ: ESCRITOS URBANOS E REGIONAIS**. São Luís – MA, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O ESPAÇO URBANO: Novos Escritos sobre a Cidade**. 1ª edição São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2.ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

CERQUEIRA, Eugênia Doria Viana. **A evolução das formas de gentrificação: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense**. Cad. Metrop, São Paulo, v. 16. N. 32, pp. 417 – 436, nov 2014.

CHABROL, B. (2011). **De nouvelles formes de gentrification? Dynamiques résidentielles et commerciales dans le quartier de Château-Rouge (Paris)**. Tese de doutorado. Paris, Universidade de Poitiers.

CHAVES, Cesar Roberto Castro. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BAIRRO DO DESTERRO: Estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA.** Dissertação de mestrado. São Luís: UFMA, 2012.

COSTA, E. & ZAGO, F. **DINÂMICA HISTÓRICA E URBANA DE SÃO LUÍS.** Instituto da Cidade Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. São Luís – MA, 2008.

DIAS, S. **Estratégias Recentes de Organização Urbana Comercial – O “SoHo do Porto” e a territorialização de atividades culturais/ criativas.** *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto.* Porto, n. 21, pp. 69-95, Ano - 2011.

FREITAS, Marina Roberta P; NEGRÃO, Clauco Nonose. **VAZIOS URBANOS: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR.** *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 1, número especial, p. 480-493, jul./dez. 2014

FURTADO. Carlos. **Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação.** São Paulo, nov 2014.

GLASS, R. **London: Aspects of Change.** Centre for Urban Studies/MacGibbon e Kee. Londres, 1964.

HARVEY, David. **A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.** 2ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IPHAN. *Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa:* São Luís. Brasília: Edições do Senado Federal; Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

LEFEBVRE, H. **O DIREITO A CIDADE.** Trad. Rubens Eduardo Frias (do original: *Le Droit à la Ville*) São Paulo: Centauro, 2001. ISBN 978-85-88208-97-1.

LEY, D. **Inner city revitalization in Canada: Vancouver case study.** *Canadian Geographer*, v. 25. Pp. 124-248, 1981.

LOPES, José Antonio Viana (Org.). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem = SAN Luis Isla de Marañon y Alcântara: guia de arquitectura y paisaje** – Ed. Bilíngüe – Sevilla: **Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda**, 2008.

LOPES, José Antônio Viana (Org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem.** São Luís-Sevilla, 2008. 444p.

MARANHÃO. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>, São Luís – MA out. 2019.

MARANHÃO. SECRETARIA DAS CIDADE. Disponível em: <http://www.secid.ma.gov.br>, São Luís –MA, out. 2019.

MARCUSE, P. **Abandonment, gentrification and displacement: the linkages on New York city.** In: SMITH, N e WILLIAMS, P. (eds.). *Gentrification of the city.* Boston, Allen and Unwin. 1986.

MARX, Karl. *O Capital.* Nova York, International Publishers. 1967

MENDES, L. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado.** Cadernos Metrôpoles. São Paulo, v. 13, n. 26, pp. 473-496. 2011.

MOTA, Antonia da silva e MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no Século XVIII: a Construção do Espaço Público sob a Lei das Semarias.** São Luís: Func, 1988.

PACHECO, Ellis. **O papel das normativas na preservação e ocupação do conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís – MA.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

PAES - LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. **CENTROS HISTÓRICOS – MERCANTILIZAÇÃO E TERRITORIALIDADES DO PATRIMONIO CULTURAL URBANO.** UNICAMP: *GEOgraphia* - Ano 7 - No 14 – 2006.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

ROLNIK, Raquel. **O QUE É CIDADE.** Coleção Primeiros Passos; 203. 4ª reimpressão da 1ª ed. De 1988. ISBN 85 -11 – 01203-6. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALGUEIRO, Tereza Barata. **ESPACIALIDADES E TEMPORALIDADES URBANAS.** In: In: CARLOS, A. F. A et al. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade.** 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias do capital na produção do espaço urbano: o processo de verticalização e as desigualdades socioespaciais em São Luís, Maranhão.** Caderno de Geografia, PUC Minas. Minas Gerais, v. 25, ed. 44, p. 191-220, 2015. DOI doi.org/10.5752/P.2318-2962.2015v25n44p191. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/>. Acesso em: 1 jan. 2020.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **TOPONÍMIA URBANA E IDENTIDADE: uma abordagem acerca das praças do Centro antigo em São Luís, Maranhão.** – São Luís: Café & Lápis; Edufma, 2017.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** 5. Ed., 1. Reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

SCOTT, A. e LERICHE, F. **Les Ressorts Géographiques de l'économie Culturelle: du local au mondial.** *L' Espace géographique*, n.34, pp. 207 – 222. Ano – 2005.

- SCOTT, A. J. *The urban land nexus and the state*. Londres, Pion. 1980.
- SILVA J. **POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: as etapas do processo de intervenções urbanísticas**. São Luís – MA, 2009.
- SMITH, N. e WILLIAMS, P. (eds.). *Gentrification of the city*. Boston 1979, p.540.
- SMITH, N. e WILLIAMS, P. “**Alternatives to orthodoxy: invitation to a debate**”. In: SMITH, N. e WILLIAMS, P. (orgs.). *Gentrification of the city*. Londres, Allen e Unwin. 1986.
- SMITH, N. **Espaço e Tempo**. Nº 21. São Paulo, 2007
- VAINER, C. "**Pátria, empresa e mercadoria -Notas sobre a estratégia exclusiva do Planejamento Estratégico Urbano**" In: ARANTES, VAINER e MARICATO (Orgs.) **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Edit. Vozes. 2000.
- VAN CRIEKINGEN, M. e FLEURY, A. **La ville branchée: gentrification et dynamiques commerciales à Bruxelles et à Paris**. *Belgeo*, n. – 12, pp. 113-134. 2006.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **A CIDADE ALTA DE SALVADOR: DE CIDADE COLONIAL A “CENTRO HISTÓRICO PÓS-MODERNO”** In: CARLOS, A. F. A et al. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.
- YÁZIGI, Eduardo. “**Funções Culturais da MetrÓpole: metodologia sobre a requalificação urbana do centro de São Paulo**”. In: CARLOS e CARRERAS (Org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrÓpole**. São Paulo: Contexto, 2005 (GEOUSP, vol.4).

6. APÊNDICES

APÊNDICE 1.

Transcrição da entrevista com dona Maria de Jesus (27/11/2019)

primeiro áudio

Dejesus: eles tem que ter olhar por essa pessoas que estão aqui, que vivem aqui, que levam esse título na cabeça na verdade. Então, mas a gente tem que ter outros olhares. Pra eu fazer... pensar em habitação eu tenho que pensar em educação, tenho que pensar na saúde, pensar na geração de renda e nessa troca também de figuras saindo de um baixo pra um que a gente chama de “um pouquinho mais” que não é alto... então, nesse período a gente veio sempre brigando por essa questão de habitação adequada no centro, olhar pra pessoas que estão aqui, que teve pessoas que nasceram aqui, né?! Claro que a gente briga, em outro momento, por famílias que chegaram antes, mas isso não é a briga da gente. A briga da gente são famílias que estão aqui há anos e anos, que nasceram... Tem gente que nasceu nessa comunidade e tem que ser contemplado sim, com uma habitação sim! entendeu? tem que ter esse olhar? tem que ter esse olhar. Se o governo não olha sozinho, a gente precisa, não é cobrar, é negociar, articular. Porque eu não posso cobrar sem fazer a minha parte, então estamos fazendo a nossa, né?! por mais que isso fique muito invisível, porque as pessoas quando tu vai lá, articula, briga, dizer: olha essa comunidade ela precisa ter um olhar diferenciado, não especial, mas diferenciado, por que? porque nós somos... o Centro Histórico é uma porta aberta pra um monte de coisa. Porque quando a gente ganhou o “patrimônio”, o título, a gente ganhou muitas outras coisas, a gente ganhou título, mas a gente ganhou também muitas coisas que não eram, que não são boas pra nós, né?! A gente ganhou, é... uma enxurrada de gente que quis se apropriar das coisas, a gente ganhou um outro comércio diferenciado que não era nosso, a gente viu muita gente ir embora porque os casarões começaram a desabar e as pessoas tiveram que mudar... então, assim eu me queixo muito de quando houve essa mudança de... pra Centro Histórico Patrimônio da Humanidade, ninguém pensou no patrimônio humano vivo que tava aqui, não foi pensado. Tanto que, assim, ninguém, nenhuma família, eu tenho certeza, que nenhuma família foi convidada a pelo menos discutir o que achava que tinha que... pelo menos pra aplaudir, dizer “olha já tá feito, já tá feito, mas as pessoas que moram aqui, elas têm prioridade.” E não foi feito isso, nunca consultaram isso e, por tão menos, a gente viu

lá a ocupação dali de cultura, né? ...

Josoaldo: Desde essa época do... que teve o “patrimônio” o governo nunca chamou a comunidade pra conversar, pra...?

Dejesus: Não, hoje se conversa.

Josoaldo: É, né?!

Dejesus: Hoje se conversa, hoje se fala claramente o que a gente quer. É porque, assim, eu não tô taxando nenhum governo, mas ao mesmo tempo tô sim. Porque eu acho que a gente não faz... a gente só constrói, é... coisas boas, discutido o que tá errado, né?! então eu acho que o governo não fez caso, realmente. O governo fez o que tinha que ser feito, que com certeza esse governo teve muitas... ganhou muito com isso, mas a comunidade em si ela não ganhou, tanto que assim, se você for ter um olhar do antes e sair procurando: “você foi beneficiado de quê?” nada! A gente ainda sofreu essa evasão de pessoas que tiveram que sair... então a gente não ganhou. Não ganhou nada. É... então isso que me frustrada é que acho que assim, beleza.. e outra coisa, depois de pronto vem o tão famoso descaso. Porque descaso com a manutenção, né?! da manutenção com o próprio Centro, os casarões começaram a cair, né?! e aí a gente começou a invasão de pessoas que vinham de outros bairros e se apropriaram, é... e a gente começou a ter um tanto muito grande de pessoas que viviam em situação de rua, que também migraram pra cá, que continuam emigrando, porque aqui a gente tem suporte porque aqui a gente tem um casarão que não tem porta, ele pode entrar pra dormir, tu tem um casarão que ainda tem um telhado que não te molha, né?! então a gente tem essas riquezas que são riquezas negativas, mas que a gente tem tem. Agora, morador que ajudou ajudou a fazer a história, né?! que a gente tem muita gente aqui que ajudou a fazer a história. Fazer digo, assim, que estava aqui, que continua, que vive aqui e não foram beneficiada com nada. E, hoje é a nossa grande briga, porque a gente tá vendo é... que assim: “olha tamo mudando a cara do centro Histórico” beleza! mas vamos mudar também vários hábitos, começando pela renda, começando pela educação patrimonial. eu quero aquilo que é meu por direito, mas eu preciso cuidar daquilo que é meu, entendeu?! então, assim, é... essas coisas falta e falta o entender da pessoa. Porque assim, é fácil eu morar no Centro, eu mesma morando em um casarão que ele é alheio, onde eu não tenho uma entidade de uma conta de luz no meu nome, de uma conta de água no meu nome, então eu não tenho identidade de moradia, eu só

tenho o endereço, mas eu não tenho a propriedade de dizer pra você assim “ah, mas cadê a tua conta de luz”, “cadê tua conta de águas” eu não tenho. Então essa coisa aí ele chega a frustrar as pessoas, porque assim, se eu precisar ter uma educação mais lá em cima, eu precisar dá todos os meu detalhe? eu não tenho. Eu só tenho “Rua da Estrela, 535”. E, então assim, isso pra gente não basta. Eu acho que o que basta é ter isso, mas você quer aquilo...

Josoaldo: Vocês querem começar a regularização, né?! do Estado?

Dejesus: Isso, ele precisa entender que as pessoas pra se educar pra ter saúde, pra tudo eles precisam ter um identidade. Uma identidade de habitação. Então é isso que a gente briga. As ocupações, a ocupação Maria Aragão, ela se deu por conta de uma audiência pública, que era uma coisa que a gente já vinha brigando há muito tempo, eu lutei por uma audiência, eu digo “eu” porque fui eu mesmo, porque tem coisa que eu digo que “foi nós” mas a gente tem hora que a gente precisa dizer que “foi eu”. Eu vinha ao longo de seis meses pleiteando uma audiência pública pra falar de moradia, nessa... nesse rolezinho bacana passaram dois dias que teve um seminário de habitação no Centro Histórico que foi uma coisa muito massa, que trouxe muitos palestrante de fora, do Rio, do... Então isso culminou pra fortalecer essa audiência pública, né?! que foi o... não é habitação, é um nome do projeto que me fugiu da cabeça agora... então, assim fortaleceu a audiência pública. No dia da audiência eles tinham entrado no casarão, eles tavam olhando e tal e eu falei pra menina: “Paloma, nós vamos ter uma audiência, onde a gente vai ter secretários, se não tiver secretário, tem vereador. Vamos lá nessa audiência pública porque lá a gente vai falar das ocupações. Só que antes a gente já tinha mexido com aqui com a do canto da estrela, já tinha limpado, já tinha tudo. e, num primeiro momento, todo mundo recuou, porque a gente já tava com uma medida de sair do prédio que eu moro, a gente teve três vezes o juiz veio deixou é... que a gente tinha que desocupar em dois dias, em 24 horas e perêê, isso foi uma loucura na vida da gente, a gente: “não, vamos fazer um segundo momento em um casarão largado lá” então foi esse lá. Só que a gente recuou, porque suspenderam a nossa medida e a gente: “então a gente não vai” e a gente não foi, mas foi um outro grupo de pessoas que foram pra lá, esse da Estrela, mas nesse quando surgiu Maria Aragão [inaudível] aí nessa audiência ela falou diretamente com uma secretárias, acho que era Alexandra, é da SECID, e falou da necessidade, e falou da questão da moradia

e a secretária falou assim: “ Pode ir que a gente segura o pepino” bom, então foi a palavra da secretária em uma audiência pública cheio de gente e que, depois... eu digo muito pra eles assim: “gente, quando um juiz, quando um delegado disser uma palavra assina, manda ele assinar lá”, porque no dia que ele disser que “não” tá aqui, essa assinatura foi sua. Só que ela foi muito gente boa, ela saiu da SECID, e a articulação continuou. Beleza, tem muitas confusões, agora tem muitas confusões, porque a gente se afastou um pouco. Eu sou vice presidente da União de Moradores, muito antes a gente já vinha porque tinha coisa que precisava tá brigando mesmo e eu não espero ser de entidade nenhuma pra mim brigar, eu...

Josoaldo: A senhora fala “a gente” assim é a Associação? é União de Moradores?

Dejesus: A União de moradores

Isilainy: Mas a União de moradores é do centro Histórico?

Dejesus: Só é... Praia Grande, Portinho e Desterro.

[...]

Audio 2

[...] uma coisa a gente só consegue as coisas brigando, indo lá conhecendo as histórias, a história de cada um que cada pessoa daqui tem uma história diferente, uma história do porquê que veio pra cá, porque que ainda tá aqui, porque que não tem uma casa, porque que é desempregado, né, porque assim, é respeitar a história do companheiro que tá do teu lado, porque só assim vocês crescem e a história cresce também. Porque tem muita gente que vem pra cá diz que usa as coisas, se dá bem e depois sai porque a gente ja teve muito isso aqui no centro histórico, pessoas que desenvolveram projetos né aqui, porque se tu for olhar, isso aqui é maravilhoso pra ter um estudo, começando pela história, a história disso aqui, a história de que antes aqui foi baixo meretrício, que agora não se pode mais chamar baixo, como funcionava isso aqui, esse pulo que ele deu de baixo meretrício pra centro histórico pra patrimônio da humanidade, essa mudança, né, essa mudança que teve né, que foi aquela que eu to dizendo pra vocês que não discutiu, que não conversou, que não olhou, que não respeitou quem já morava aqui, então, isso que a gente não quer deixar que aconteça. Tem dois prédios de habitação, tínhamos três...um que a gente ja tinha habitado, que tem cinco anos, e nós

temos dois que é esse aqui

Josoaldo: esse do canto que tá com a placa do Governo

Dejesus: isso! e um lá... e o que acontece, esse aqui tem 8 apartamentos, o de lá tem 18, e aí eu to dizendo pra eles assim, a gente vai acompanhar até a hora em que vocês forem mijar, porque por menos aconteceu no outro da Travessa Humberto de Campos de 18 apartamentos, que acabou que pessoas que estavam aqui que habitavam, que tem família ficaram do lado de fora e pessoas que não tinham necessidade foram beneficiados. Dessa vez eu já disse pra eles, podem me achar chata, antipática, tô brigando também pra mim? não to! Mas eu to brigando por muitas tantas famílias, vinte e tantas famílias que tão nessa expectativa, desde 2000.... a gente fez o cadastro daqui em 2009, depois a gente fez em 2013

Isilainy: Esse cadastro é junto ao governo do estado?

Dejesus: Não, é junto da Prefeitura, pq isso aqui ainda é do PAC

Josoaldo: PAC das Cidades históricas né?

Dejesus: é, Pac das cidades históricas, e eles, que na verdade eles não discute moradia, falar de moradia pra eles, pro Governo Federal, estadual e municipal também, no centro histórico, é uma facada no coração

Josoaldo: Eles querem mais uma coisa pro turismo né, restaurante e tal

Dejesus: então, o que teve agora? O Adote um casarão, aí se tu fores lá, no Adote um Casarão, tu vai entender que não tem nenhum adote um casarão pra habitação, porque habitação no centro histórico não traz retorno pra ninguém, tu só vai falar de social e falar de social é só falar boca a boca, mas ação, aquilo que é o que o social faz, a gente não tem. Então assim, não é bom pro governo porque não traz pra eles nada de retorno, porque eu vou pegar 15 famílias que não tem emprego que eu ainda vou ser obrigado a sustentar algumas coisas tipo água, tipo luz... até um tempo, até eles se adequarem lá, pra eu poder garantir um social, então isso não é bom pra nenhum governo, que dizer, seria bom se os governos tivesse algum pensamento que né, se eles pensassem que o pobre, que eles colocam em uma casa num apartamento, vai votar pra ele em uma próxima eleição.

[...]

Terceiro áudio

Josoaldo: Agente tava curioso aqui, conversando aqui, pra perguntar pra senhora, assim, qual o perfil das pessoas que moram, que estão nas ocupações? assim, elas trabalham aqui no centro? são pessoas mais idosas? tem gente trabalhando?

Dejesus: não, as pessoas que estão nas ocupações são jovens, existe um... Pessoas que vivem de “bico”, que na verdade faz esse trabalho sem ligação com carteira assinada, faz só o “bico”, mas eu já te digo de passagem, são jovens. As ocupações são jovens, têm muito pouco, acho que não tem nem 1% de idoso.

Josoaldo: E nas habitações?

Dejesus: Aqui na... isso eu to falando de ocupação. Aqui na Estrela a maior idade é 50 anos.

Josoaldo: O canto da Estrela é essa outra rua aqui, ne?!

Dejesus: É. A maior idade é 50 anos. Na Maria Aragão, tinha uma senhora que era de idade, que ela até morreu, é... Tem uma pessoa que tem uma deficiência, que é um jovem, aí o resto é só jovem.

Hemily: Mas eles não trabalham aqui na área do centro?

Dejesus: Assim, algumas pessoas trabalham, algumas pessoas não têm trabalho e até por isso que a gente prioriza muito que fiquem nessa ocupação, porque tem pessoas que não trabalham realmente, que vivem, é... mas também, porque tem todo um cuidado. Ocupação pra mim, eu discuto muito isso, porque eu tinha, eu tenho um cuidado que nas ocupações a gente precisa ter o perfil, realmente. porque quando você fala de ocupação é porque você realmente tá precisando, você não tem um local pra dormir, pra banhar, pra... então você precisa, e a gente sempre tem isso pra que nas ocupações não tenha venda de droga, não tenha confusões, não tenha a polícia visitando todos os dias. Não que essas pessoas não... que não tenha que ter, porque eu fico puta da vida quando a gente diz assim “nosso bairro tem que ser exemplar”. Não, nosso bairro tem que ter fofoca, tem que ter polícia, tem que ter droga porque essa é, claro, a vida de hoje, né?! Ai da gente, se a gente tivesse um bairro que não tivesse um

fuxico, um bar pra gente beber, uma discussão, seria, né?!... Acho que tudo isso faz parte do dia a dia da gente. Agora, as habitações, a gente tá naquele perfil que eu te falei, a gente tá na briga, porque a gente quer lá dentro pessoas idosas, pessoas com famílias que realmente está na necessidade, porque, olha o que eu brigo muito: “ah, porque eu tô morando aqui há dez anos, tenho não sei quantos filhos...” tu fez filho porque tu quis esse monte, entendeu?! tem pessoas que moram aqui há 30, há 40, há 50 anos que só tem um filho, dois, mas tá aqui há 50 anos. Essa pessoa que segurou pra te chegar e tá aqui há 10 anos, então eu acho que a prioridade é de quem tava aqui a 50 anos que segurou pra te que tá com 20, tá aqui. Então, pra mim é isso. Então nossa grande briga é essa e hoje, porque hoje, a gente tá no pé dessa briga realmente. A gente tá acompanhando fundação, tá acompanhando empresa. A gente ainda não visitou essa, mas a de lá a gente já visitou e a gente tá acompanhando porque eles contrataram uma empresa, é... de fora que é pra fazer esse trabalho, que é ir de casa em casa e parara... e disse, nós vamos fazer junto com vocês, porque quem conhece a história do nosso bairro somos nós, então não adianta vir um técnico de Brasília e de São Paulo que não mora aqui que não vive aqui. Então, por isso que lá na Humberto de Campos aconteceu que quem tinha gente que tinha apartamento ganhou mais um, tinha gente que tinha casa ganhou mais um, em compensação a gente conhece pessoas lá que ganharam o apartamento e até hoje tá fechado, e já vai fazer seis anos. Porra, é sacanagem. Até de quem... porque aí a União foi, foi e aí nesse finalzinho de processo eles tiraram a gente e agente ta brigando agora e a gente não sai. É assim, pra onde vocês for... vocês vão mijar nós vamos atrás, vocês vão fazer pesquisa nós vamos juntos. Todas as reuniões, nós tamo se reunindo todo mês, de quinze em quinze dias.

Josoaldo: E quem contratou foi a prefeitura?

Dejesus: Foi a UNESCO, foi edital.

Josoaldo: E essa área aqui ou a parte assim de saúde, de escola? as famílias usam quais, usam onde? posto de saúde?

Dejesus: Então a gente tem aqui, posto de saúde a gente não tem, mas a gente tem aqui uma “casa do bairro” que foi pleiteada pela União de Moradores, que a gente sempre brigou que a gente queria uma “casa de bairro” dentro do bairro. Porque que a gente queria, que que a gente queria nessa “casa do bairro”? agregar turismo, agregar saúde,

agregar educação, não era pra ter um posto de saúde, não era pra ter uma sala de aula, era pra ter um local onde fosse funcionar uma rede de... “tu chegou por aqui, teu problema é habitação, então vai em tal secretaria que a gente te manda lá”

Hemily: Pra direcionar as pessoas?

Dejesus: Isso. A gente tinha aí até a questão da discussão LGBT, aí tinha prostituição, tinha LGBT+, um monte de coisa... era pra isso que a gente queria, por ser Centro Histórico a gente acho que precisava ter uma casa nesse nível e onde as pessoas da comunidade tivessem fazendo essa execução dentro da casa.

Josoaldo: E tá funcionando?!

Dejesus: Mas nem um milímetro do que a gente quis, entendeu?!

[...]

Josoaldo: A União de moradores tem uma sede?

Dejesus: Nenhuma. E é outra confusão.

Islainy: São quantas pessoas que conformam a União?

Dejesus: Doze. E eu todo dia tô lá: “gente olha...” aí vem a festa do Natal que é uma coisa que a gente sempre fez com União, ou sem União, a gente sempre fez. E aí eu to chamando “gente vamo se reunir, faltam vinte e cinco dias, vinte dias, praticamente, precisa tá mandando ofício, a gente não pode... a coisa que eu mais odeio é quando você se limita a política partidária, isso me dá uma raiva. Nessas nossas ocupações eu quase briguei com uma pessoa. “Ah mais...” criatura, tá pronto! isso n é resultado de política partidária não, isso é resultado de política de moradia, enfrentamento, isso é direito que nós temos. Nenhum político vai dizer que isso é política dele, porque não é. Isso é direito construído, que pode até ser desconstruído, agora, né?! esse presidente muito doido que a gente não sabe o que que ele pensa, hoje ele pensa, amanhã ele não pensa, não sei se ele pensa e a gente tem muito medo dessa desconstrução, mas isso é direito garantido por lei. A gente precisa ter habitação, a gente precisa ter moradia, e quem tem que pleitear pra nós é o governo. Quer dizer, se nós somos pobres, né?! a gente não temos culpa de ter nascido pobre, mas a gente faz parte da sociedade.

Josoaldo: O que a senhora achou deste programa novo aí do “Nosso Centro”? qual a

sua opinião, assim?

Dejesus: Eu acho que o programa “Nosso Centro” ele precisou de... aquilo que eu digo pra vocês: é tudo aquilo que você apronta e joga. Isso é insuportável. Porque como eu falo pra vocês, nós somos uma comunidade, pode ter muita gente que não entende de política partidária? tem. De política de habitação? tem. Mas tem muita gente que queria discutir “o que que a gente quer pro nosso Centro?” a gente quer... uma vez falaram pra gente assim “ah, vocês” ... quando tava falando de habitação “ah, vocês só falam de habitação, vocês não quem que trazam o povo pra cá.” Não é isso, porque a gente sabe que um bairro funciona com todas as “esquerdas”. “Esquerdas” que eu digo é o vendedor de droga, é o pescador, é o artista, é com todo mundo junto. Mas o que dá raiva é que tem que ser primeiro os atores que estão aqui. Então, assim “Nossos Centro” é um programa? são, mas e aí?

Hemily: Não foi discutido com a comunidade?

Dejesus: Não foi discutido com a comunidade. Porque tudo isso caiu, como eu to falando pra vocês...

Josoaldo: Tem uns casarões bem pra cá, que estão nesse projeto, né?!

Dejesus: Sim, “Nosso Centro”. E também acho que eles, tão junto com o “Adote um Casarão”.

Hemily: Sim. Porque o “Adote um Casarão” faz parte do “Nosso Centro”.

Dejesus: Isso. E não tem... Assim, é isso que eu falei pra vocês, se tu fores ver, beleza. Mas falta alguma coisa, né?! Faltou a gente dá uma carta direcionada pro governador, porque a gente... o que eu fico brigando também é que “gente nós somos uma entidade”. Eu não, enquanto puta, eu vou lá na frente do governador, ele me conhece na cara dura, sabe que eu sou puta, ele sabe que eu tenho meu trabalho e eu não tô nem aí, nem pra ele nem pra ninguém, tu tá entendendo? porque eu defendo uma bandeira de uma luta que eu acho que tem que defender. Mas a gente enquanto entidade de base, de classe de fato... o governador já vai fazer um ano, gente, que tá lá pela segunda vez e a gente nunca se atento pra trazer esse cara pra discutir cara a cara “o que é habitação” “o que é que a gente quer”, tu entendeu? Isso é minha raiva, porque, aí quando tu faz alguma coisa vem o secretário, a gente trouxe um secretário da SECID

que não sabia porra nenhuma, agora ele já tá se adequando.

Josoaldo: E a senhora acha que Associação, a União ela tem atuado, assim, na mobilização? vocês fazem algum tipo de protesto, ou tão participando mais de reuniões, das articulações mais institucionais?

Dejesus: Não, a gente já fez protestos, já foi mais brigão.

Josoaldo: Quais?

Dejesus: Por habitação. A gente já fez ‘SOS Centro Histórico’ no período do inverno, a gente já fez, é... “venha discutir o Desterro”, a gente já fez “Conversando com o Desterro” ... que a gente, a gente tem armas boas. Outro dia eu conversei “vamo fazer um seminário, a gente não gasta nada. Vamo fazer um seminário e trazer o povo pra discutir, pra dizer qual a nossa necessidade, o que que a gente tá precisando” e aí? eu sozinha...

Josoaldo: Mas a União tem força, assim, de mobilização, de juntar o pessoal? pra “vamo juntar o pessoal, vamo fazer uma manifestação na frente do governo”?

Dejesus: Tem! tem. O problema é que é... outro dia eu tava conversando com o meu presidente e aí aconteceu uma coisa com uma pessoa, um morador, aí esse morador disse: “olha, eu queria ir lá na SECID e tal...” aí ele disse “ah, eu vou te á o endereço, perêê...” eu disse: “não, não é assim que funciona. A gente é eleito pra cuidar das pessoas, porque quando eles votam pra te, eles tão achando que tu vai representar, vai me representar, minha comunidade. E, eu acho que assim, quem tem entrada e saída na SECID somos nós. A gente vai pra SECID e a gente não fica na porta, a gente vai direto pro gabinete e essa pessoa que tá com esse problema ele não tem essa... e que não custa eu enquanto vice... porque eu levo mesmo comigo não tem essa história, mas quem tem que tá fazendo isso é o presidente, entendeu? e ele acha que não, ele acha que só tem que dá o endereço e a pessoa tem que... não, não é assim cuidar das pessoas não é assim. claro que você não vai levar a pessoa pra banhar, pra tomar banho, pra isso, não. Quando eu falo de cuidar, é cuidar de outra forma, é cuidar desse tipo de coisa. Mas, assim, é eu com essa coisa toda, mas as pessoas não tem quase esse mesmo pensamento, porque tem coisa que quase todo tempo por acaso... hoje eu não to fazendo nada, hoje é um único dia que eu só tenho uma visita de tarde que é de uma pessoa que quer fazer uma casa, que tem ali um terreno e a gente descobriu por “a”

mais “b” que a prefeitura pelo, não é pelo núcleo gestor não, é por uma outra instância da prefeitura, eles tem como ajude uma pessoa que quer fazer uma construção, que não tenha condição desde que seja no Centro Histórico. Por acaso, minha casinha é aqui, eu quero fazer minha construção da minha casa eu vou aprovar por um programa da prefeitura que eu não tenho condição, eles tem recurso pra fazer. Isso foi descoberto. Por isso que é a minha briga, eu digo “gente, vamos furar essas coisas pra procurar o que que tem pra nós. Quer dizer, eu não tenho casa pra construir, mas olha que beleza essa menina aí, a gente descobriu isso agora, né?! E tão atrás de arquiteto e todo dia eu to dizendo: “já achou o arquiteto, já viu como a gente vai fazer?” e hoje o rapaz da fundação vem pra gente visitar lá, conversar com ela, orientar quais são os documentos, porque eu acho que isso que é cuidar mesmo, entendeu?

Então assim, tem coisa que a gente precisa tá pegando a mão e levando tem coisa que a gente precisa tá só conversado e a União de Moradores é uma entidade muito forte, nós tamos aí há trinta anos o que não é forte é a vontade das pessoas continuarem, né?! é aquilo assim: “o que que eu ganho?” porque isso é uma palavra muito desgranhenta: “perco meu tempo?” eu digo pra vocês, bem aqui, hoje eu não tô fazendo nada, mas quarta feira eu tinha com vocês, e tu me ligou... eu digo: “olha amanhã eu não vou”, mas eu tinha que tá lá na blitz fazendo isso aqui, isso aqui é da minha comunidade, isso aqui é licença pra eles trabalharem lá na Maria Aragão, que dizer, aí as pessoas diz assim: “mas jesus tu tem que fazer?” Claro. Porque eu sou representante da comunidade. Eu tenho que ir lá, porque é uma entidade e uma pessoa sozinha não ia conseguir trinta licença para as pessoas irem trabalhar e perêê... Não ia conseguir, então quem tem que ir é a gente. Aí fica perguntando: “ah, eu pago isso com o meu dinheiro?” ai eu fiquei brava, porque hoje eu não vou, não tenho dinheiro, aí já disse pro menino: “vai lá porque tu tá de moto, vai lá”. Eu acho que é isso que falta, mas também as pessoas terem essa vontade de lutar, porque tem muita gente que vai pra entidade seja ela qual for, visado que ali ganha dinheiro, tem outras que já vão visando um passo pra política partidária pra ganhar voto, pra fazer puxado político, tem tudo, amiga. É, isso funciona. pode ver.. se vocês entenderem o tanto de gente que me dá uma ligada e comenta: “ah, Dejesus, eu to pensando em ser vereador” entendeu? Já pensou eu não fosse... eu não sou nada, mas já se tivesse essa articulações, essas brigas? eu era uma mera puta velha, mas isso funciona. E não, eu aproveito até onde dá certo “vamo fazer isso, vamo fazer aquilo”. Tem um cara que a gente já confrontou, eu

quase dei nele, depois me lembrei que não, que eu tava errado e hoje ele se diz “político da comunidade”.

Apêndice 2.

Entrevista com o Sr. Batista, dono da Cachaçaria do Batista (27/11/2019)

Josoaldo: Então, a gente gostaria que o senhor contasse um pouco sobre a sua história aqui, de quando o senhor começou a morar e como foram esses anos aqui.

Batista: Eu tenho essa cachaçaria vai completar 20 anos agora.

Antes eu morava lá no reviver, perto da Escola de música, no prédio onde agora é uma boate. Moro aqui em São Luís há 30 anos. Morei no Renascença e depois me mudei pra lá.

Lá eu não tinha uma cachaçaria, lá eu vendia frutas, banana, côco, farinha, etc. Meu comércio era bem conhecido, vivi anos bons lá.... Aquela rua era cheia de secretarias, tinha um banco do Brasil, um do Nordeste, tinha um pensionato, onde o povo quando vinha do interior sempre ficava. Eu vivia bem lá, vendia bem...

Quando veio o programa do Governo e a CAIXA começou a fazer as transações eles tiraram todo mundo de lá, todo mundo que morava lá foi basicamente expulso e eu tive que vir pra cá. O prédio aqui é igual ao que eu tinha lá, duas janelas, 3 portas na frente em baixo, três janelas em cima, uma cópia. Aqui eu tive que pagar aluguel 25 anos pra conseguir comprar. Hoje muitos grupos querem comprar a cachaçaria mas eu disse que só vendo o prédio todo. Queria comprar um galpão lá em baixo na parte comercial, porque aqui é residencial e eu só posso abrir até às 10h da noite, lá eu poderia ficar funcionando até mais tarde, lá eu também teria a cachaçaria. Só que lá é muito complicado, é muito mais difícil.

Aqui é muito grande, então o custo é muito alto, as vezes eu pago conta de 3 casas só aqui, porque é muito grande.

Aqui o Governo não investe, não tem hora de passar o carro de lixo, a gente nunca sabe onde colocar e a hora que passa e aí a calçada fica cheia de lixo. Agora que um carro de

polícia passa aqui duas vezes no dia, mas antes não. Precisa de segurança né, pros turistas andarem né e agora tem mais, então...

Eu penso em alugar aqui, mas não sei, porque as pessoas não tem pagado aluguel, tenho visto isso acontecendo bastante, principalmente depois da crise, piorou.

Eu ainda vendo uns temperos e frutas aqui, antes era uma frutaria mas veio a vigilância sanitária e disse que não podia vender as frutas perto com as cachaças, agora eu vendo pouco, só pros locais, porque né, não tem feira, nem supermercado por aqui. Compro lá no João Paulo. Na Seasa agora eles tem um programa de doação de legumes pra quem tem baixa renda.

Eu penso em alugar, arrumar pra alugar quartos, mas não sei...

As pessoas pensam que a cachaçaria da muito dinheiro que eu sou rico mas morar aqui é muito caro. Aqui eu comprei, tenho licença, se eu for pra o galpão lá em baixo vou ter que pagar aluguel, mas lá é melhor...

Mas é isso, tudo aqui é caro de viver.

Apêndice 3

Transcrição do áudio Entrevista com Danilo – Dono do Restaurante Flor de Vinagreira (19/12/2019)

Hemily:

Primeiro queria que tu me contasse um pouco sobre como tu começou nesse ramo de comércio

Danilo:

A gente já ta em São Luís há mais de 13 anos no ramo de restaurante, a gente tem o Feijão de Corda que já tá em alguns bairros assim, da cidade e na verdade o flor de vinagreira foi um projeto muito pessoal meu e do meu pai que quis investir no centro. Ele sempre fui muito apaixonado por essa coisa de história, casarões, “revitalização”, e isso foi me encantando junto com o sonho dele e se tornou automaticamente um sonho meu também.

Eu sou chefe de cozinha, sou formado, trabalho no ramo há mais de 10 anos e eu era do

feição de corda e o flor ele veio se somando junto com os projetos que eu queria dá uma mudança no cardápio, nos meus pratos e tal, então isso se somou esses planos e a gente decidiu revitalizar o casarão.

A gente sempre foi muito apaixonado por esse ponto, que ele tava fechado na época, então a gente foi pesquisar quem era o responsável pelo casarão até a gente conseguir o acesso e com isso a gente fez o aluguel dele. Vai fazer dois anos que esse casarão ta alugado pra a gente, tipo assim, a gente trabalhou 1 ano só pra revitalizar ele, por causa das burocracias que o Iphan tem , paramos a obra várias vezes pra fazer tudo na regra do correto do que pode ser utilizado aqui no centro e a gente inaugurou no dia 18 de março, a gente ainda não fez nem 1 ano de casa inaugurada, vai fazer agora no próximo ano e a gente percebeu muito que após a gente ter feito essa mudança...revitalizar um casarão que querendo ou não fica localizado num ponto muito próximo da avenida e tals, mudou um pouco, realmente, o comércio, mas não especialmente porque a gente veio pra cá, é porque na verdade coincidiu que ao mesmo tempo que a gente veio pra cá o governo começou também a investir com projetos de São João, com o projeto de obras aqui da casa das tulhas então veio se somando realmente ao mesmo tempo, não que isso venha causado pelo restaurante, isso aconteceu coincidentemente no período parecido quando a gente tava mudando pra cá.

No caso o comércio hoje em dia ele tá tentando se organizar de acordo com as novas regras né, se organizar de acordo com o.... como tá agora né o andamento das pessoas.

É...aumentou muito o fluxo de pessoas aqui, mais do que o normal, as pessoas se sentem até mais segura, coisa que antes não sentiam. É... mas eu já era frequentador do centro antes de vir pra cá, era garoto de São Braz, tomava ali, então tipo assim, eu sou super de boas com a galera, não crio inimizade com ninguém, apesar de a gente ter vindo pra cá, a gente procura respeitar todas as tribos, que eu costumo dizer, é um restaurante de respeito, a gente sempre permite as pessoas entrarem pra usar o banheiro de vez em quando, claro que com certas regras ne, porquê antigamente o acesso aqui era muito livre, então as pessoas usavam o banheiro de qualquer forma, infelizmente não pode mais ser assim porque eu tenho que prezar pelos meus cliente que são da casa.

Mas assim, o projeto em si, de eu vir pra cá pro reviver foi uma surpresa pra a gente, a

gente teve uma visibilidade muito boa, o restaurante, e hoje em dia a gente se tornou inspiração em vários outros estabelecimentos então futuramente no próximo anos tá vindo novos empresários pra cá e a gente fica muito feliz de tá, de certa forma ser uma referência e fazer com que outros empresários consigam investir aqui já que o setor público não consegue investir, pelo menos o privado está conseguindo dá uma nova cara pro centro.

Então eu acho que é muito orgulhoso a gente ver turistas que já vieram na cidade antes e quando eles vem hoje em dia elogiarem como tá o nosso centro, tipo assim, eu como maranhense, eu como morador daqui de são luís há anos, fazia muitos anos que eu não via as pessoas terem orgulho de... da... se vem alguém de fora, a gente tem orgulho de trazer pra cá, coisa que antes a gente não tinha, a gente tinha aquele receio de ah, não sei se vai ter alguma coisa aberta, se vai ter alguma loja aberta...antigamente aos domingos não abria nada aqui. Tipo, então a melhoria de fluxo a melhoria dos serviços, a melhoria de eventos, os estabelecimentos começaram a funcionar de domingo a domingo influenciou outros empresários, tipo a gente abre de domingo a domingo e influenciou também, outras lojas de artesanato a também abrirem, porque sabem que vai vir alguém pra almoçar, pra comer e vai ter também uma atração de compras, então melhorou também porque agora o comércio do reviver ele é aberto de domingo a domingo, coisa que antes não era.

Isso melhorou em relação a trabalho, aumentou o número de empregados...até essas barraquinhas aqui da lateral que não utilizavam, a gente fica feliz que agora as pessoas estão usando, vindo pra cá...

Então é, tipo, assim, é uma mudança que acho que no início a gente se espanta, obvio! Eu não digo a gente, mas acho que quem tava vivendo mais assim, se espanta, fica com um pouco mais de receio acha que vai ser expulso ou, mas acho que não é nem questão de expulsão, acho que é só se adequar. A sociedade mesmo ela vai sempre se moldando ao decorrer das mudanças, em qualquer espaço, em qualquer área e uma das que eu sempre procuro entrar é em projetos, em trazer as pessoas pra tentar ajudar, é...

A gente fez ressentimento um projeto com o pessoal da SENTUR, a gente convidou não só os comerciantes daqui ao redor mas de outros estabelecimentos que trabalham no centro pra fazer um curso de apresentação de turismo, tipo assim, das pessoas

saberem onde fica o museu tal, o horário de funcionamento... que é uma deficiência que até a gente mesmo que mora aqui não sabe informar.

Então a gente tá fazendo esse curso uma vez por mês, trazendo não só os meus funcionários, mas também funcionários de outros estabelecimentos, a gente sempre abre espaço, pra também terem esse tipo de informação e com isso fazer com que melhores também né a gente de... esse nosso contato com o turista e que a gente consiga também dá dica dos museus né, que a gente tem tanto museu aberto né e quase não é utilizado.

Hemily:

Tu encontrou muita dificuldade, na questão de o que preservar no prédio, por causa das regras do IPHAN?

Danilo:

Bastante, muita dificuldade, não é fácil você investir no centro principalmente por causa das burocracias que acontece. Por exemplo, eu to há dois anos, brigando não, mas lutando pra conseguir colocar o ar-condicionado em cima, no restaurante, consegui botar em baixo mas não consegui colocar em cima. Então tipo assim, tentar entra no parâmetro mais fácil pra poder colocar o ar-condicionado lá em cima para o bem estar dos meus clientes, mas também tudo dentro da regra que o casarão comporta, é...você trabalhar dentro dum casarão que tem mais de 180 anos ele...ele é uma reforma sempre, tipo assim, todo ano eu tenho que fazer uma reforma nele e pra eu fazer essa reforma, sempre tenho que pedir autorização pro IPHAN, eu não posso mexer em nada sem a autorização deles. Por um lado é certo, mas assim, quem ta vindo acostumado a investir em uma outra área da cidade talvez estranhe, talvez tenho uma dificuldade de... deficiente que são regras que a gente acaba não conseguindo as vezes adaptar no restaurante.... eu não posso colocar um elevador aqui, eu não posso criar uma rampa. Calçada, eu também não posso fazer nada de cimento, nada fixo. As minhas jardineiras, depois que eu consegui a autorização do IPHAN...quando eu botei elas foi tudo com autorização, a gente nunca fez nada sem ter a autorização. Aí as jardineiras elas são moveis, elas não são fixas elas são retiradas todos os dias, elas tão posicionadas estrategicamente que não atrapalhe a passagem dos pedestres, porque todas as passagens estão abertas sem ocupação de mesas, eu tive essa preocupação de deixar

passagem

Hemily: vocês tem alguma associação dos comerciantes:

Danilo: eu não participo de nenhum, mas tem o Sindibares, que eles tão vindo agora investindo com o Vila Reviver junto com a ABRASEL que também uma grande instituição de uniões de restaurantes que acontece em todo o brasil, eles estão se unindo pra trazer o Vila Reviver que é um vila food, uma modernidade mas ao mesmo tempo uma “revitalização” de um terreno que não ter mais o que revitalizar, que vai ser aproveitado todas as ruínas. É uma forma de trazer... é um projeto inovador nos centros de todo brasil, inclusive ele ta sendo apresentado pra outros centro de outras cidades que tem centro histórico, sendo vendido como projeto mesmo e sendo aceito, porque virou uma solução do IPHAN tentar resolver esses terrenos que tão destruídos que não tem mais o que resolver e virou uma forma de tentar trazer uma soma no ambiente sem ter aquele buraco ali de ver um casarão destruído sem função nenhuma e um terreno sem construir nada. Então o projeto ele ta sendo vendido pra outras capitais, a gente vai ser o pioneiro... e eu sei que vão abrir mais uns quatro grandes restaurantes aqui na região do Reviver daqui pra 2015.

Hemily: Vocês recebem incentivo do Estado?

A gente tem algumas vantagens quem investe no centro, de juros de impostos IOS e tals que fica tudo verificado na isenção fiscal que acaba sendo um incentivo. Na verdade o Governo fez esse incentivo pra trazer realmente empresários que estão abrindo seus negócios aqui em São Luís, para vir pro centro.

Acham que a gente ta elitizando, ou até usam uma palavra que eu não gosto, dizem que a gente ta higienizando o centro. Mas eu não considero uma higienização, acaba que como eu falo, as pessoas vão pra cá porque elas se sentem a vontade, então a partir do momento que começa a aumentar um pouco de famílias, aquele grupo que vinha pra cá porque se achava o ambiente mais escondido, porque se sentia mais íntimo dele eles vão se retirando, mas não porque não pode, porque aqui é público [...], muitas tribos que vinham com mais frequência não vem mais tanto, por não se sentirem mais tão confortáveis, mas não que tenha sido proibido.

7. ANEXOS

Anexo 1 – Prédio da Ocupação - Magalhães de Almeida, nº 61



Fonte: Governo do Estado do Maranhão. Apresentação do programa Nosso Centro.2019.

Anexo 2 e 3 – Registro Fotográfico da Entrevista com a Maria de Jesus, representante da União dos Moradores da Praia Grande Desterro e Portinho.



Anexos 3



Fonte: Acervo de Campo

Anexos 4 e 1 – Imóveis destinados para habitação social do programa Nosso Centro

Rua 14 de julho, nº 164



Magalhães de Almeida, nº 61



Fonte: Governo do Estado do Maranhão. Apresentação do programa Nosso Centro.2019.

Anexo 4 – Rua do Bairro do Desterro – Centro Histórico



Fonte: Josoaldo Lima Rêgo

Anexo 5 – Imóvel em processo de requalificação destinado ao projeto Habitar no Centro; Rua do Giz 445.



Fonte; Josoaldo Lima Rêgo

Anexo 6 - Imóvel em processo de requalificação destinado ao projeto Habitar no Centro; Rua da Palma, nº 195/205



Fonte: Josoaldo Lima Rêgo

Anexo 7 – Execução da reforma da Fábrica de Artes, Centro Histórico



Fonte: Josoaldo Lima Rêgo